

PLANO INTEGRADO DE REGENERAÇÃO URBANA SUSTENTÁVEL DE VILA DO PORTO

Maio de 2016



 **Quatenaire**
Portugal

INDICE

1. INTRODUÇÃO	7
2. Área de intervenção	13
3. Diagnóstico prospetivo	15
3.1. Evolução demográfica	15
3.2. Edificado	18
3.3. Mobilidade	23
3.4. Espaços públicos	25
3.5. Relação com o mar	27
3.6. Economia e emprego	28
3.7. Matriz estratégica	31
4. Estratégia de intervenção	33
4.1. Enquadramento	33
4.2. Objetivos da intervenção	35
5. Programa de execução	41
5.1. Enquadramento	41
5.2. Descrição dos projetos	43
5.3. Investimentos e programação da intervenção	62

1. INTRODUÇÃO

O Programa Operacional Açores 2020 constitui o documento que estabelece para a Região Autónoma dos Açores o quadro das políticas de desenvolvimento para o período de programação 2014-2020 e a comparticipação pelos fundos estruturais comunitários, sintetizando as linhas de orientação da Estratégia Europeia 2020 e do Acordo de Parceria Portugal 2020.

O PO Açores2020 apresenta um conjunto de objetivos temáticos que assentam em 13 eixos prioritários de intervenção que enquadram diversas prioridades de investimento financiadas pelo FEDER – numa lógica de otimização dos financiamentos comunitários –, no âmbito do crescimento inteligente, da inclusão social e do emprego e da sustentabilidade.

A elaboração do Plano Integrado de Regeneração Urbana Sustentável de Vila do Porto ocorre no âmbito do Objetivo Específico 6.5.1 – “Melhorar a qualidade do ambiente urbano dos Açores”, integrado na Prioridade de Investimento 6.5 – “Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído”.

O Plano Integrado de Regeneração Urbana Sustentável de Vila do Porto, adiante designado por PIRUS_Vila do Porto corporiza uma estratégia integrada de desenvolvimento urbano sustentável e socialmente inclusivo, no quadro de um instrumento de política de desenvolvimento territorial, socioeconómico e ambiental do Município, que congrega um conjunto de intervenções que visam genericamente:

- **Assegurar a requalificação e revitalização do centro histórico de Vila do Porto**, procurando promover a melhoria das condições de vida e a qualidade do ambiente urbano;
- **Criar intervenções no quadro de uma operação de regeneração integrada**, que valorize a zona histórica e que articule e potencie as sinergias entre este centros e outras zonas históricas do aglomerado, como locais diferenciadores de uma história comum;
- **Ancorar a intervenção de regeneração às portas de entrada no município**, o aeroporto e o porto, locais a partir dos quais a narrativa histórica dos marienses e a afirmação da sua identidade deve ser promovida e divulgada.

A oportunidade agora criada com o novo quadro de programação dos fundos comunitários é particularmente favorável para o Município de Vila do Porto, o qual tem vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas nos últimos anos que suportam a estratégia de desenvolvimento municipal que defende, a qual inclui numa estratégia de regeneração urbana sólida, permitindo agora ao concelho responder adequada e eficazmente aos desafios colocados pela Estratégia Europa 2020, através da apresentação da candidatura de um conjunto de projetos maduros, discutidos e apropriados pelos Marienses, que traduz um modelo de desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo, e responder à emergência das novas problemáticas relacionadas com a sustentabilidade dos espaços urbanos, do ambiente urbano e do ordenamento do território.

O hábito de preparar e discutir o futuro dos Marienses é uma prática municipal de grande relevo nos últimos anos. São significativos os documentos que espelham esta reflexão estratégica, amplamente partilhada e discutida com a população. Na última década destacam-se os seguintes documentos de natureza municipal:

- Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização da Zona Histórica de Vila do Porto, 2006.
- Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila do Porto, publicada em 2012;
- Plano de Pormenor da Zona Balnear da Praia Formosa, 2015
- Plano de Pormenor da Zona Balnear da Baía dos Anjos, 2015
- Plano Estratégico de Desenvolvimento de Santa Maria, 2015.

Acresce que estas intervenções complementam ou concretizam iniciativas previstas no próprio do quadro de referência estratégico da RAA robustecendo, esta forma, a consistência e a pertinência das medidas de intervenção preconizadas na estratégia de intervenção municipal. Destacam-se, neste contexto, os seguintes instrumentos que enquadram a estratégia de intervenção preconizada:

- Estratégia Europa 2020,
- Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da RAA,
- Estratégia Marítima para as Regiões Atlânticas,
- Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Autónoma Açores (PROTA),
- Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma Açores (POTRAA),

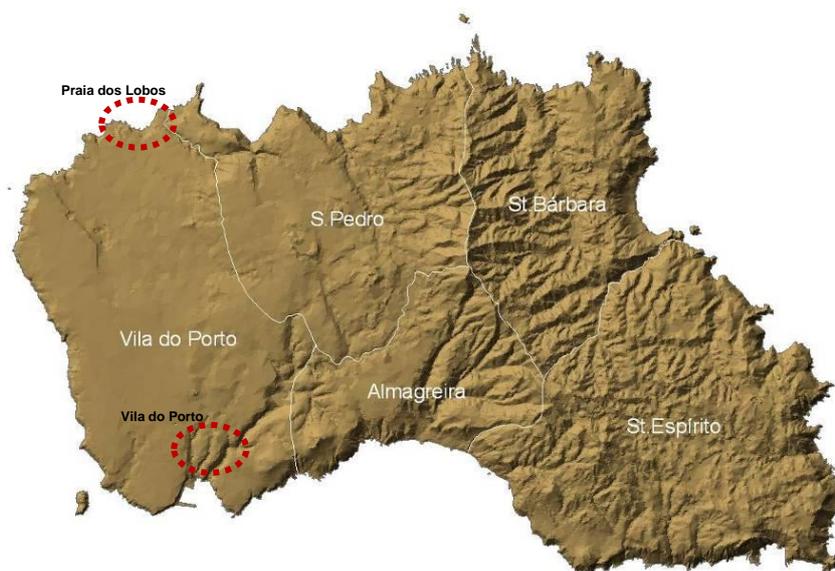
Neste contexto, reveste-se de primordial importância a publicação no Jornal Oficial de 9 de dezembro de 2015 do Aviso n.º 75/2015 da Secretaria Regional da Educação e Cultura sobre a afixação do Edital a notificar os interessados da iniciativa do Governo dos Açores para a classificação de interesse público do "Bairro do Aeroporto de Santa Maria", em Vila do Porto.

A ilha de Santa Maria, integrada no Grupo Oriental da Região Autónoma dos Açores (RAA), é a terceira menor ilha do arquipélago (correspondendo a 4% da superfície total) e é composta apenas por um concelho – Vila do Porto – cuja sede concentra naturalmente as atividades administrativas, comerciais e serviços da ilha e confina com o aeroporto e com o porto, infraestruturas de grande importância no desenvolvimento do município.

Vila do Porto localiza-se a SE do arquipélago, ocupa cerca de 97 km² e tem cerca de 5.552 habitantes (censos 2011), o que corresponde a cerca de 2,2 % da população da RAA (246.772 hab) e a 3,9% do grupo oriental (143.408 hab).

A ilha de Santa Maria foi descoberta no século XV, por volta de 1427. O povoamento da ilha terá ocorrido após 1439, por famílias provenientes sobretudo do Alentejo e Algarve, sendo que as primeiras habitações foram construídas junto à Praia dos Lobos. Mas foi Vila do Porto que se constituiu como o primeiro aglomerado urbano, chegando a ter a sua época de grande prosperidade, nomeadamente no período após a Segunda Guerra Mundial.

Figura 1.1_Concelho de Vila do Porto



Santa Maria apresenta um território dividido em duas partes, distinguindo-se claramente duas tipologias de solo e vegetação. A ocupação urbana surgiu originalmente nas áreas de declives menos acentuados (a metade ocidental da ilha), desenvolvendo-se sobretudo para o interior da ilha - afastando-se das zonas costeiras - e para nascente, onde é evidente um relevo mais acidentado, aproveitando as zonas com alguma aptidão para o uso agrícola, garantindo assim a subsistência das populações.

O litoral é formado essencialmente por arribas rochosas de considerável altura, apresentando uma costa muito recortada, que deu origem a inúmeras baías com praias e enseadas de areia branca, onde se localizam várias edificações, e ainda ponteados por diversos ilhéus.

Figura 1.2_Paisagens da ilha de Santa Maria



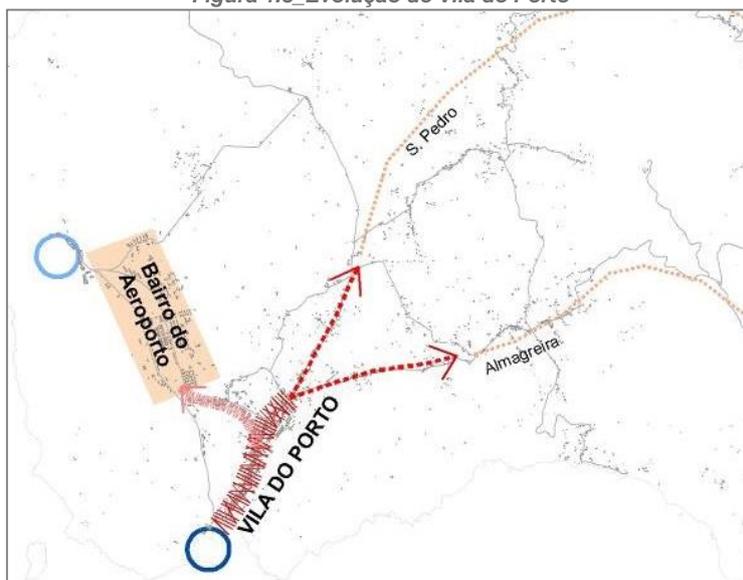
Estas características influenciaram fortemente as formas de povoamento de Vila do Porto, revelando um carácter marcadamente rural, não só pela preponderância da atividade agrícola na base da economia do concelho, como pela própria estrutura e organização dos aglomerados, condicionada igualmente pela acessibilidade ao concelho, a qual depende quase exclusivamente da Estrada Regional que atravessa as freguesias. A proximidade de enseadas que permitem a acostagem de embarcações constituiu igualmente um fator motivador da fixação das populações.

O início do povoamento da ilha de Santa Maria remonta a meados do século XV e ocorreu fundamentalmente de Sul para Norte, a partir de um núcleo pesqueiro associado à enseada que permitia a acostagem de embarcações. No século XVI a Vila apresentava já uma estrutura definida que, mais tarde, nos séculos XVII e XVIII, cresceu para norte, consolidando-se até à zona de Santo Antão pelo final do século XIX. Na segunda metade do século XX, deu-se o crescimento para Oeste impulsionado pela construção do Aeroporto.

Elevada à categoria de Vila ainda antes de 1472, o seu papel foi secundarizado por S. Miguel, embora tenha conhecido um período de grande desenvolvimento com a construção do aeroporto.

A sede de concelho localiza-se num ponto privilegiado da ilha, entre três ribeiras: a Ribeira dos Poços, a Ribeira do Sancho e a Ribeira de S. Francisco. Estas duas últimas constituem pequenas mas profundas linhas de água que formam uma lomba por onde o tecido urbano se estende a partir da zona do porto para Norte, expandindo-se posteriormente para Poente, em direção à plataforma plana da ilha, onde se construiu o Aeroporto.

Figura 1.3_Evolução de Vila do Porto



Fonte: PDM Vila do Porto, 2011

As áreas urbanas de Vila do Porto e Zona do Aeroporto formam um perímetro urbano praticamente contínuo, provocado pela dispersão da construção ao longo da Estrada Regional em direção a S. Pedro,

dando origem à delimitação do solo urbano segundo uma faixa com a largura máxima de 100m ao longo dos principais eixos viários.

Figura 1.4_Panorâmica de Vila do Porto



Em termos de morfologia urbana, Vila do Porto evidencia a sua estrutura viária primitiva, nomeadamente na designada “zona antiga”, organizada em torno de uma via principal intercetada por vias secundárias transversais que ligam a arruamentos estreitos e que no conjunto formam uma malha reticulada, relativamente apertada.

O parque edificado apresenta dois momentos distintos:

- a) um centro histórico a ser reabilitado, mas ainda com edifícios degradados, formado por conjuntos de edifícios de arquitetura tradicional açoriana, de fachadas ornamentadas a pedra vulcânica e argilas que contrastam com o branco das paredes caiadas. Os edifícios religiosos e outros edifícios históricos são adornados com pedra esculpida com motivos alusivos ao mar.
- b) uma zona periférica onde predomina a construção isolada, de características arquitetónicas atípicas, composta por construções que datam da segunda metade do século XX, não apresentando uma uniformidade em termos de tipologia, materiais ou volumetria.

Figura 1.5_Zona periférica do centro urbano de Vila do Porto



O espaço público da zona histórica tem um tratamento mais detalhado do que as zonas mais recentes da vila.

A zona antiga conserva os largos em frente a edifícios relevantes para a estrutura da vila, destacando-se o Largo Sousa e Silva junto ao Forte de S. Brás, o largo Coronel Costa Santos que envolve a Igreja Matriz e o Largo da Nossa Senhora da Conceição adjacente ao antigo Convento de S. Francisco.

Os principais equipamentos de utilização coletiva e estabelecimentos de comércio e serviços, assim como as principais funções urbanas concentram-se em Vila do Porto, destacando-se a presença de grande parte destas estruturas na zona histórica, instaladas em edifícios reconstruídos e/ou adaptados.

A Zona do Aeroporto, como o próprio nome indica, localiza-se entre o Aeroporto e a sede de concelho, no planalto oeste da ilha, e está implantado na área mais plana da ilha. Embora se identifique formalmente como uma unidade autónoma, em termos funcionais é complementar de Vila do Porto e constitui-se como um segundo núcleo de Vila do Porto.

Trata-se de uma ocupação urbana relativamente grande e densa, no contexto da ilha, tendo sido planeado segundo o conceito de “cidade-jardim”, ao estilo moderno internacional, durante a Segunda

Guerra Mundial, por iniciativa norte-americana, aquando da construção do aeroporto como base militar. A necessidade de alojamento para os trabalhadores e militares resultou num conjunto organizado de pequenos bairros residenciais orientados por uma alameda principal.

Após a passagem da infraestrutura aeroportuária para o Estado Português foi levado a cabo um projeto da autoria do premiado Arquiteto Francisco Keil do Amaral, com vista à elaboração de um plano geral de adaptação da aerogare para a aviação civil e reestruturação das áreas habitacionais.

O reconhecimento do elevado valor simbólico deste conjunto, quer em termos históricos no desenvolvimento socioeconómico da ilha quer em termos patrimoniais, na medida em que constitui um ponto de viragem no urbanismo tradicional no contexto regional, determinou a proposta de classificação como *Conjunto de Interesse Público* por parte da Direção Regional da Cultura no final de 2015.

Contudo, a classificação da zona histórica de Vila do Porto como conjunto protegido é mais antiga e ocorreu em 1992, com a publicação do Decreto Legislativo Regional nº 22/92/A, de 21 de outubro.

Mais recentemente, com a entrada em vigor do Decreto Legislativo Regional n.º 3/2015/A de 4 de fevereiro, que aprova o regime jurídico de proteção e valorização do património cultural móvel e imóvel dos Açores, a classificação da zona antiga de Vila do Porto é novamente publicada como conjunto de interesse público, determinando a obrigatoriedade de revisão do plano de pormenor de salvaguarda em vigor para adequação ao novo regime, o qual deverá estabelecer as medidas específicas destinadas à salvaguarda e valorização do conjunto classificado e respetivas zonas de proteção, no quadro do desenvolvimento e garantia da qualidade ambiental e de vida, tendo em conta o contexto urbano/territorial onde se inserem, subordinando-se ao respeito e à promoção dos valores patrimoniais que justificam a sua proteção.

Neste contexto, o município tem levado a cabo nos últimos anos várias intervenções de reabilitação de espaços e imóveis situados na zona antiga de Vila do Porto, entre as quais se destaca:

- Reabilitação do Largo Sousa e Silva, renovando o espaço público de enquadramento do Forte de São Brás e a Capela de Nossa Senhora da Conceição;
- Requalificação do Largo Dr. Jaime Figueiredo, no topo norte da zona histórica da Vila;
- Reabilitação de um edifício na Rua da Alfândega para instalação da creche;
- Reabilitação do Solar da Boa Nova para instalação da Biblioteca Municipal;
- Constituição de bolsas de estacionamento associadas aos equipamentos coletivos e turísticos;
- Intervenção de conservação do Convento de São Francisco;
- Reabilitação da Casa das Gatas, no Largo Coronel Costa Santos, para instalação da Associação Maré de Agosto;
- Reabilitação de edifício comercial, sito à Rua Dr. Luís Bettencourt, nºs. 2, 4 e 6 para instalação dos serviços técnico-administrativos da Câmara Municipal.

A par das iniciativas municipais, tem-se registado uma dinâmica de reabilitação de edifícios localizados no casco antigo da Vila, nomeadamente para habitação e para empreendimentos turísticos, como é o caso da Pousada da Juventude de Santa Maria e o Hotel Charming Blue Casa dos Monteiros, das quais se destacam ainda:

- Intervenções promovidas por associações/instituições: reabilitação de edifício habitacional, sito à rua Frei Gonçalo Velho n.º 65, para a sede do Grupo Desportivo Gonçalo Velho; construção do Lar de Idosos da Santa casa da Misericórdia de Vila do Porto; obras de conservação em inúmeras habitações da Santa casa da Misericórdia de Vila do Porto.
- Intervenções realizadas pelo Governo Regional dos Açores: reabilitação de edifício para instalação dos Serviços de Ambiente de Santa Maria e Centro de Interpretação Ambiental Dalberto Pombo; reabilitação de 3 edifícios para a instalação da Creche; construção do parque de estacionamento, no extremo sul do casco histórico, junto da Capitania, Pousada da juventude e Creche; construção em curso da Casa dos Fósseis.

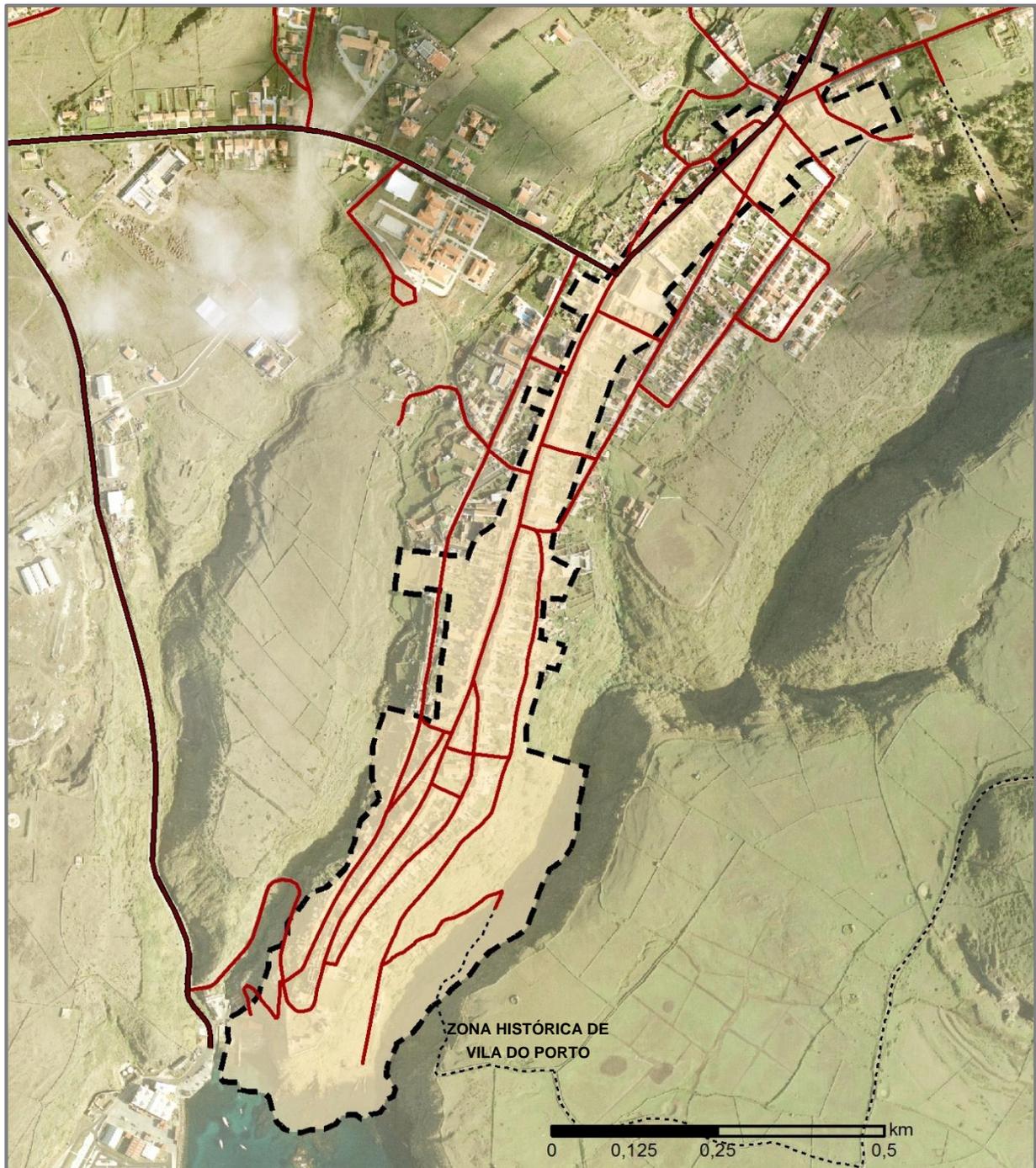
Por outro lado, além dos apoios concedidos pelo Governo Regional nos termos do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/93/A de 28 de setembro destinados a obras de consolidação, recuperação de imóveis localizados na zona antiga de Vila do Porto e ainda correção de fachadas ou elementos dissonantes, o município veio reforçar a necessidade de preservação desta importante zona da vila – que constitui uma das portas de entrada na ilha – concedendo, a partir de 2003, apoios financeiros e autorização de utilização de máquinas municipais nas obras particulares em imóveis situados na zona antiga, destinados aos proprietários com situação económica mais desfavorecida.

Neste contexto, a área objeto de intervenção corresponde, assim, à zona antiga de Vila do Porto, sendo que esta área tem condições para vir a constituir-se como Área de Reabilitação Urbana, nos termos do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, na redação atual dada pelo DL 32/2012 de 14 de agosto, estando em preparação pelo município a sua classificação.

2. ÁREA DE INTERVENÇÃO

A área de intervenção do PIRUS_Vila do Porto corresponde à **zona histórica de Vila do Porto**, que inclui a zona classificada como Conjunto de Interesse Público e a zona consolidada adjacente, pela continuidade das características morfotipológicas, delimitada no âmbito do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização da Zona Histórica de Vila do Porto, publicado em 2006 (Decreto Regulamentar Regional nº 12/2006/A, de 24 de fevereiro) abrangendo cerca de 31,5ha.

Figura 2.1_Delimitação da área de intervenção do PIRUS_Vila do Porto



A área classificada é limitada a leste pela ribeira Grande, a oeste pela ribeira do Sancho, a sul pelo mar e a norte pela linha que liga a ribeira Grande, a Travessa Isabel Inácio, o Largo do Chafariz e a ribeira do Sancho.

O casco antigo de Vila do Porto é constituído essencialmente por edifícios que datam dos séculos XV a XVII, mantendo ainda as características primitivas daquele que foi o primeiro povoado do arquipélago. Apesar dos relevantes investimentos nos últimos anos, esta zona apresenta ainda um número significativo de quarteirões compostos por edifícios devolutos ou em estado de ruína e que justificam uma ação integrada de reabilitação - considerada de intervenção prioritária pelo próprio plano de salvaguarda em vigor.

Figura 2.2_ Edifícios da zona antiga de Vila do Porto



A falta de conservação deste património histórico e cultural determinou a necessidade de implementação de medidas destinadas à sua preservação, designadamente através da entrada em vigor do plano de pormenor de salvaguarda, elaborado nos termos do regime jurídico então em vigor (DLR 29/2004/A de 24 de agosto, entretanto revogado pelo atual DLR 3/2015/A de 4 de fevereiro). Por outro lado, importa referir que alguns destes edifícios têm sido objeto de intervenções de reabilitação por parte do município e da administração regional, com vista à instalação de novos equipamentos coletivos e turísticos, conduzindo assim a uma operação de renovação do parque edificado da zona antiga da sede de concelho.

Neste contexto, a área de intervenção do PIRUS_Vila do Porto apresenta as condições que justificam a sua integração em Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), nos termos do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, na redação atual dada pelo DL 32/2012 de 14 de agosto, hipótese atualmente a ser formalizada pelo município, no âmbito da sua estratégia de regeneração urbana, na opção sistemática.

3. DIAGNÓSTICO PROSPETIVO

O presente capítulo constitui uma breve análise dos principais aspetos que caracterizam a área urbana abrangida pelo PIRUS_Vila do Porto, no que respeita à evolução da população, às características do edificado urbano, a economia e emprego, a mobilidade, os espaços públicos e a relação entre a zona urbana e a orla marítima.

A análise dos elementos estatísticos relativos à demografia e aos edifícios deve basear-se, de acordo com o estipulado no convite à candidatura, nos últimos três recenseamentos da população (1991, 2001 e 2011). A associação da informação à Base Geográfica de Referenciação da Informação (BGRI) permitiu efetuar a comparação direta da distribuição da população, dos edifícios e dos alojamentos, selecionando os valores específicos da área de intervenção do PIRUS_Vila do Porto.

O diagnóstico é concluído com a identificação das questões-chave que refletem as principais potencialidades e vulnerabilidades da área de intervenção e do próprio sucesso do plano de ação.

3.1. Evolução demográfica

A análise das três últimas décadas, e atentando à trajetória da variação da população residente nas ilhas do arquipélago dos Açores apresentada na tabela seguinte, verifica-se que há um agravamento na tendência do declínio populacional em 6 das 9 ilhas, passando de uma variação negativa na década de 1990, para uma variação ainda mais significativa no último período censitário, apesar de na RAA se verificar um ligeiro crescimento da população nas últimas décadas. No que se refere ao município de Vila do Porto, observa-se a mesma tendência de declínio demográfico, embora esta tenha abrandado significativamente entre 2001-2011, sendo praticamente nula.

Tabela 3.1_ Evolução da população residente na RAA

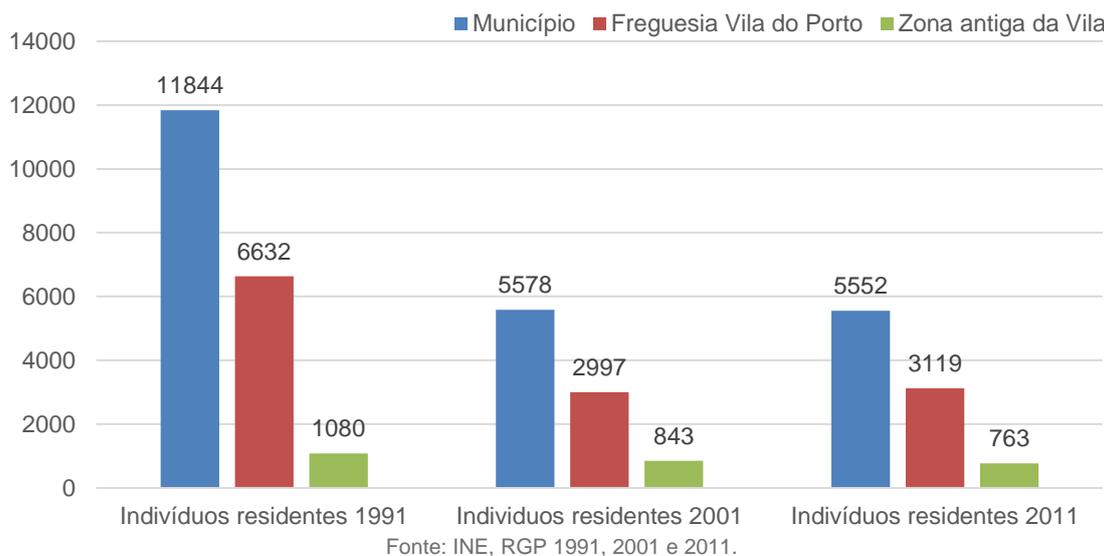
Unidade Geográfica	População residente			Variação (%)	
	1991	2001	2011	1991/2001	2001/2011
RAA	237.795	241.763	246.746	1,7	2,1
Santa Maria	5.922	5.578	5.552	-5,8	-0,5
São Miguel	125.915	131.609	137.856	4,5	4,7
Terceira	55.706	55.833	56.437	0,2	1,2
Graciosa	5.189	4.780	4.391	-7,9	-8,1
São Jorge	10.219	9.674	9.171	-5,3	-5,2
Pico	15.202	14.806	14.148	-2,6	-4,5
Faial	14.920	15.063	14.994	1,0	-0,5
Flores	4.329	3.995	3.793	-7,7	-5,1
Corvo	393	425	430	8,1	1,2

Fonte: Séries Estatísticas 2002-2012, SREA.

Segundo os dados estatísticos regionais mais recentes (Anuário Estatístico Regional 2014), residem o município de Vila do Porto cerca de 5.650 habitantes – registando um crescimento da população na ordem de 1,8% relativamente ao último censo – o que corresponde a cerca de 3,9% da população residente no Grupo Oriental (143.884 hab) e a 2,3% da RAA (246.353 hab).

Observando o gráfico seguinte, constata-se que mais de metade da população residente na ilha de Santa Maria reside na freguesia de Vila do Porto, onde se situa o principal aglomerado urbano do concelho. Por outro lado, apenas $\frac{1}{4}$ da população da freguesia reside na zona antiga de Vila do Porto. Apesar da tendência geral de decréscimo da população residente no concelho, entre 1991 e 2001 a zona antiga da vila perdeu cerca de 22% dos seus residentes, tendo registado uma perda mais ligeira entre 2001 e 2011, aproximadamente 9,5%.

Figura 3.1_ Evolução da população residente na área de intervenção do PIRUS_ Vila do Porto na zona antiga

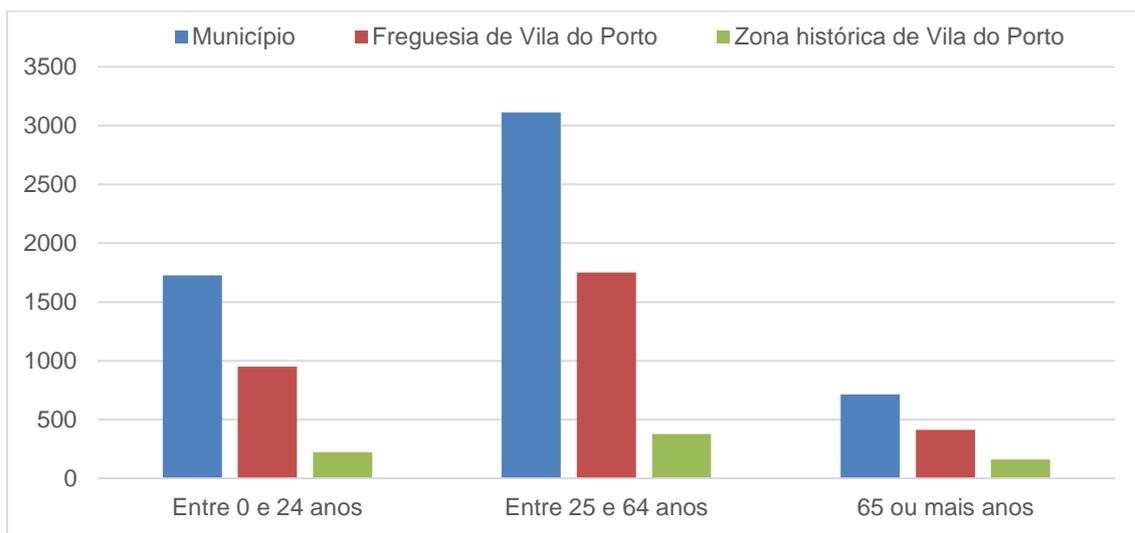


Este êxodo da população da zona histórica está relacionada sobretudo com a degradação das construções e com a procura por melhores condições de habitação fora no centro antigo, designadamente nas zonas de expansão recentes da sede de concelho.

Por outro lado, importa aqui salientar que em 1991 residiam na Zona do Aeroporto mais pessoas do que na zona histórica de Vila do Porto, reduzindo a sua população praticamente para metade em 20 anos, sendo que na zona histórica a variação não foi tão drástica, apresentando em 2011 maior número de residentes, apesar das condições de habitabilidade.

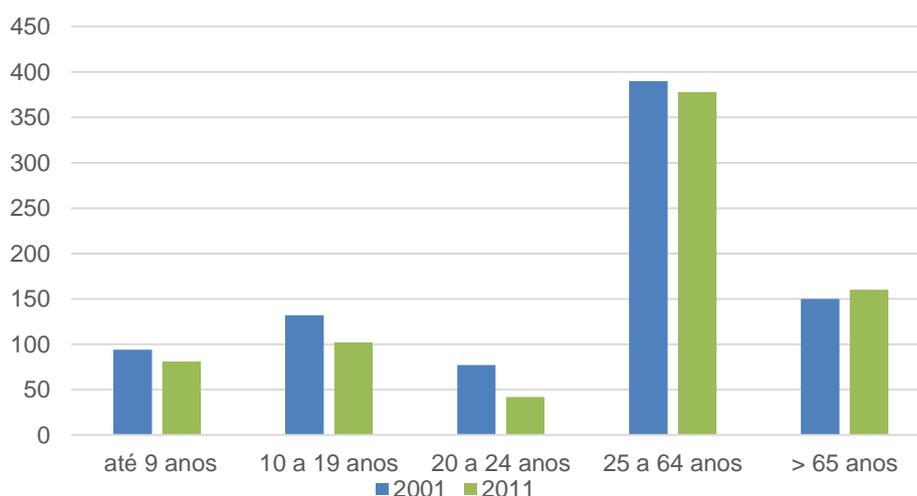
Tomando em consideração os dados estatísticos mais recentes (Censos 2011) e a sua distribuição espacial, verifica-se que grande parte dos residentes na área abrangida pelo PIRUS_ Vila do Porto na zona antiga da vila situa-se entre os 25 e 64 anos e é neste intervalo etário em que a diferença relativamente a quem vive fora da zona histórica é mais significativa.

Figura 3.2_ Indivíduos residentes por zona de residência e por grandes grupos etários, 2011



Fonte: BGRI2011, INE

No que respeita à população que reside na zona histórica de Vila do Porto, verifica-se a preponderância da população em idade ativa (embora apresente um ligeiro decréscimo no último período intercensitário) sendo que a população mais idosa representa cerca de 21% da população residente nesta área histórica em 2011, enquanto que em 2001 era equivalente a apenas 18% dos residentes. Em termos gerais, nos restantes grupos etários regista-se uma evolução negativa evidenciando a tendência gradual de regressão da população.

Figura 3.3 _Evolução da população residente na zona histórica de Vila do Porto (Nº)


Fonte: INE, RGP 1991, 2001 e 2011.

Em relação à percentagem de população jovem (até aos 24 anos) destacam-se as faixas etárias entre os 10 e os 19 anos com 13,4% dos residentes na zona histórica de Vila do Porto, embora a população até aos 9 anos corresponda ao dobro da população entre os 20 e os 24 anos, constituindo um bom indicador de recuperação destas camadas da população.

Tabela 3.2 _Evolução do número de famílias residentes e da dimensão da família

	Famílias clássicas (nº)			Dimensão média da família		
	1991	2001	2011	1991	2001	2011
Município	3452	1814	1998	3,4	3,1	2,8
Freguesia Vila do Porto	1882	987	1111	3,5	3,0	2,8
Zona histórica de Vila do Porto	297	280	262	3,6	3,0	2,9

Fonte: BGRI1991, 2001 e 2011, INE

O número de famílias residentes nas duas zonas históricas de Vila do Porto tem vindo a diminuir ao contrário do que tem sucedido na própria freguesia e no município no que respeita à década 2001-2011. Por sua vez a dimensão média da família apresenta uma tendência geral de decréscimo, embora na zona histórica de Vila do Porto a diminuição tenha sido muito ligeira no último período intercensitário, constituindo o valor mais alto relativamente à ilha e à freguesia.

No que diz respeito ao grau de qualificação da população residente, com base nos dados do Censo de 2011 do INE, 3,9% dos residentes na ilha de Santa Maria não sabe ler nem escrever, valor inferior à registada na zona histórica de Vila do Porto (5,2%) representando cerca de 40 indivíduos num universo de 763 residentes.

Tabela 3.3 _População residente segundo o seu nível de qualificação (%) em 2011

	Taxa de analfabetismo	Pop. res. a frequentar ou com o 1º CEB completo	Pop. res. a frequentar ou com o 2º CEB completo	Pop. res. a frequentar ou com o 3º CEB completo	Pop. res. a frequentar ou com o ensino secundário completo	Pop. res. a frequentar o ensino superior ou com curso médio ou superior completo
Município	3,8%	32,1%	20,1%	20,7%	16,8%	10,3%
Freguesia Vila do Porto	3,1%	29,2%	17,9%	21,6%	18,6%	12,7%
Zona histórica de Vila do Porto	5,2%	35,9%	19,3%	20,0%	14,7%	10,1%

Fonte: Censo 2011, BGRI (INE)

Dos residentes no concelho que possuem qualificações académicas, cerca de 17% completaram ou atualmente frequentam a escolaridade obrigatória (ensino secundário), registo superior ao valor apurado para a Zona histórica de Vila do Porto que ronda os 15%. De notar que os valores dos residentes que prosseguiram os estudos para além da escolaridade obrigatória (ensino médio ou superior) que no município regista 10% da população residente equivalente à zona histórica de Vila do Porto.

Em termos de evolução entre 2001 e 2011, ao nível da freguesia regista-se uma melhoria em termos globais dos níveis de qualificação da população, com destaque para a redução significativa do número de residentes que não sabe ler nem escrever. A tendência de decréscimo nos vários níveis de qualificação da população residente nas áreas do PIRUS está diretamente relacionada com a diminuição do número de residentes que entretanto dispersou pela restante freguesia.

Tabela 3.4_ Evolução do grau de qualificação da população em Vila do Porto e nas áreas do PIRUS

	Não sabe ler nem escrever		Pop. res. a frequentar ou com o 1º CEB completo		Pop. res. a frequentar ou com o 2º CEB completo		Pop. res. a frequentar ou com o 3º CEB completo		Pop. res. a frequentar ou com o ensino secundário completo		Pop. res. a frequentar o ensino superior ou com curso médio/superior completo	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Município	983	214	2046	1772	995	1111	984	1145	716	930	338	568
Freguesia Vila do Porto	457	96	967	926	469	567	623	687	554	591	279	403
Zona histórica de Vila do Porto	133	40	305	264	129	142	159	147	122	108	61	74

Fonte: Censo 2001 e 2011, BGRI (INE)

De notar o aumento de residentes no município com qualificações a partir do 2º Ciclo de Ensino Básico até ao ensino superior, tendência esta que não é acompanhada pelos residentes na zona histórica, já que esta se encontra com a população a diminuir, com exceção da população a frequentar o ensino superior ou com curso médio ou superior completo.

Em síntese:

Vila do Porto possui uma população maioritariamente com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos (população ativa) com indícios de envelhecimento em linha com o que se passa no arquipélago. As intervenções propostas apontam no sentido de melhorar a sua qualidade de vida e dos restantes residentes, através de ações de requalificação do espaço público e de equipamentos urbanos (reabilitação da Praça do Município, reabilitação dos arruamentos do casco antigo da Vila, reformulação da Praça Frei Gonçalo Velho, reordenamento do parque de estacionamento existente entre a Rua do Mercado e a Rua do Cotovelo, requalificação da Rua do Cotovelo e criação de estacionamento, recuperação do percurso pedonal entre o Forte de São Brás e o porto, entre outros) visando garantir as melhores condições tanto para a população que aqui reside como potenciar a instalação de novos residentes que contribuam para combater o envelhecimento da população.

3.2. Edificado

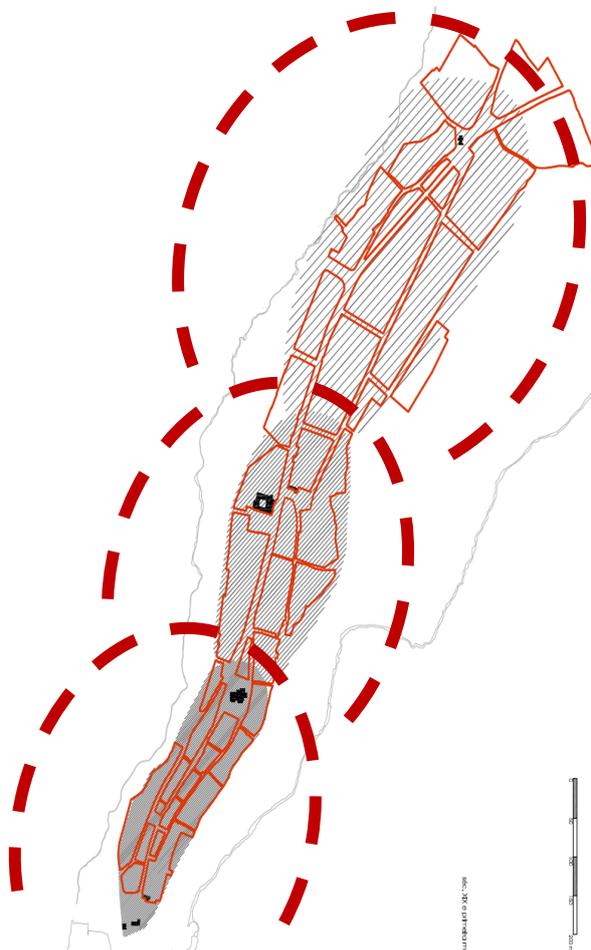
O tecido urbano da zona histórica de Vila do Porto caracteriza-se por um centro bem demarcado e relativamente denso, dispersando-se gradualmente ao longo das vias.

A zona antiga de Vila do Porto apresenta características claramente medievais, implantada numa lomba formada por duas ribeiras profundas, desde o Forte de São Brás até à Igreja Matriz, desenvolvendo-se de forma mais linear para norte, em torno de um eixo viário principal – Rua Teófilo Braga/ Rua Dr. Luís Bettencourt – e de outro eixo paralelo, intercetados por várias ligações transversais que ligam a arruamentos estreitos e que no conjunto formam um tecido urbano reticulado.

A formação deste núcleo urbano apresenta 3 grandes épocas de desenvolvimento (veja-se figura seguinte): uma primeira fase que data dos séculos XV a XVI, desde o Forte à Igreja Matriz; a segunda

fase que ocorre para montante entre os séculos XVII e XVIII, até à zona a norte do antigo Convento de Santo António, cujos edifícios apresentam já as janelas com molduras em cantaria; e finalmente, uma terceira fase, continuando a ocupação para norte ao longo do século XIX até meados do século XX, até à zona da Igreja de Santo Antão, onde começam a surgir os equipamentos (escola, cemitério, etc.)

Figura 3.4_Fases de crescimento da zona histórica de Vila do Porto



Fonte: Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização da Zona Histórica de Vila do Porto, 2006.

As características do terreno influenciaram fortemente a estrutura de organização do núcleo antigo que apresenta uma malha urbana constituída por lotes retangulares dotados de pequenos logradouros, perpendiculares à via principal cuja ocupação é densa, com uma frente de lote geralmente pequena, preenchendo de forma quase orgânica toda a área urbana passível de ser ocupada.

O casco antigo é formado por conjuntos de edifícios de arquitetura típica dos séculos XV e XVI, apresentando elementos característicos deste período com fachadas com configurações muito variadas de organização dos vãos, onde está presente a pedra vulcânica e argilas que contrastam com o branco das paredes caiadas.

Os edifícios religiosos e outros edifícios históricos são adornados com pedra esculpida com motivos alusivos ao mar.

Por sua vez, no prolongamento para norte da zona mais antiga, os lotes mantêm a mesma estrutura retangular perpendicular ao eixo principal, a Rua Dr. Luís Bettencourt, mas tornam-se maiores, assim como os edifícios, mantendo-se a malha apertada formando frentes de rua completamente preenchidas, cujo parque edificado entre 1 a 2 pisos apresenta fachadas ritmadas com uma configuração das aberturas de vãos bastante regular.

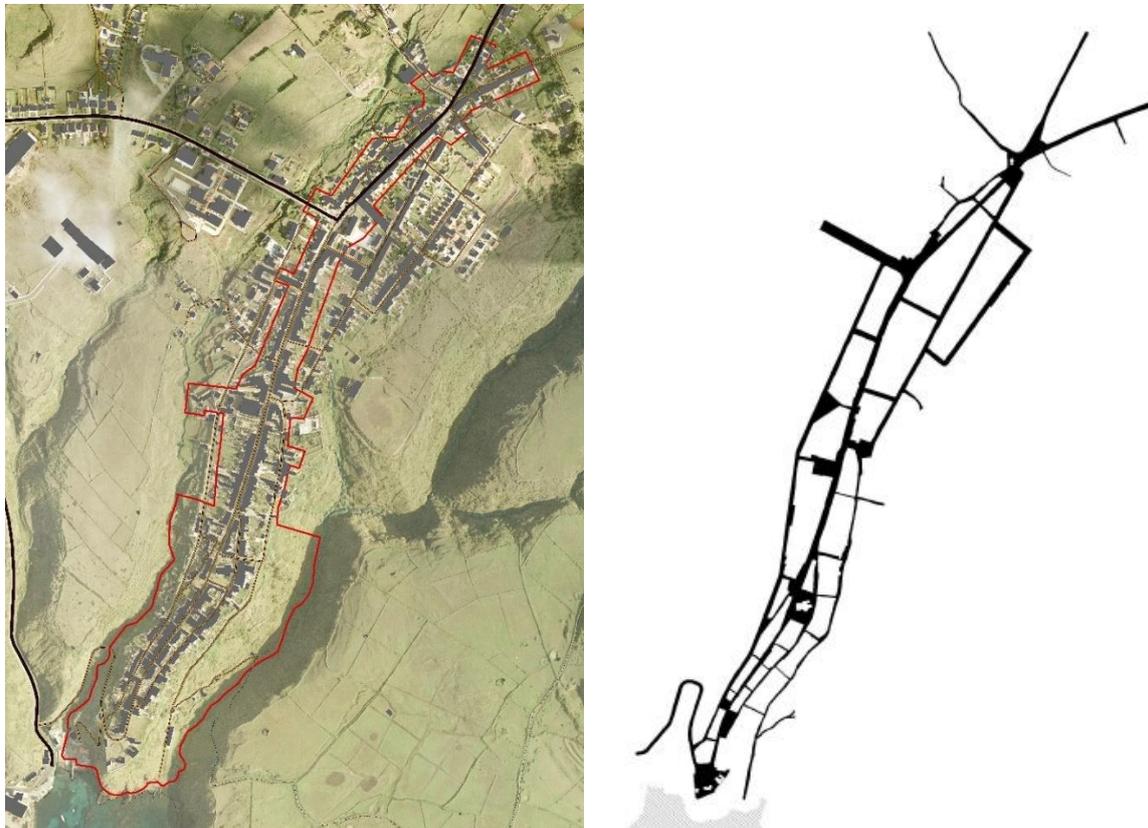
Na terceira fase de formação desta zona histórica, os edifícios de habitação apresentam uma frente de fachada de menor dimensão relativamente aos anteriores, embora suceda ocasionalmente um aumento

do número de pisos. É aqui que surgem algumas construções já com 3 pisos, com janelas de sacada e ritmos de vãos variados.

Figura 3.5_Conjunto edificado da zona histórica de Vila do Porto



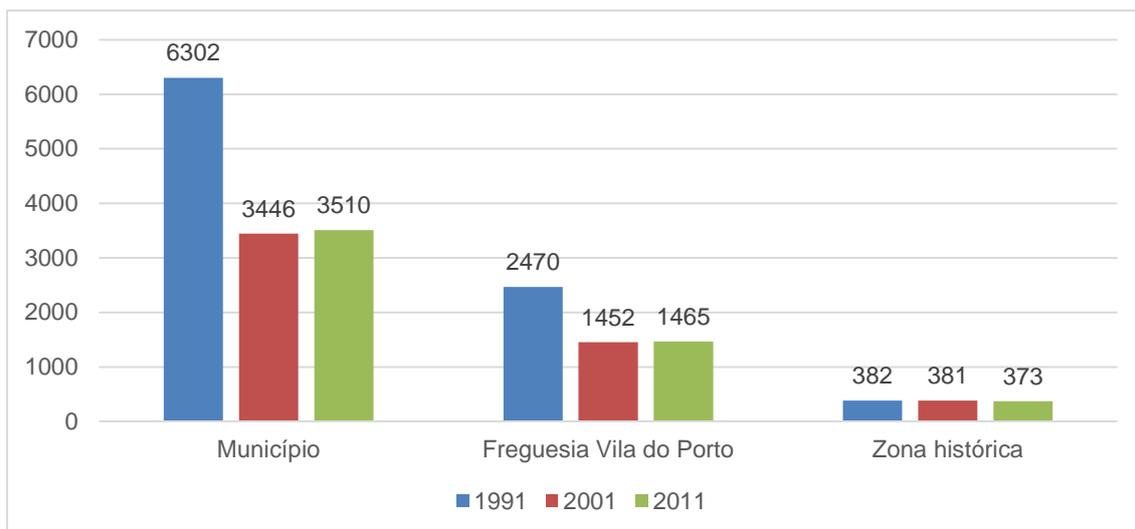
Figura 3.6_Malha urbana e espaço público na zona histórica de Vila do Porto



Fonte: QP2015; Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização da Zona Histórica de Vila do Porto, 2006.

De acordo com a informação estatística, o parque edificado em 2011 do município de Vila do Porto é composto por 6302 edifícios, dos quais 373 se localizam na zona histórica de Vila do Porto. O número total de edifícios no município diminuiu drasticamente (-45%) no período intercensitário entre 1991 e 2001 – ao contrário do que sucedeu na área de intervenção do PIRUS_Vila do Porto.

Figura 3.7_Evolução do parque edificado de Vila do Porto



Fonte: Censos1991 e BGRI2001 e 2011, INE

Relativamente ao período intercensitário seguinte, registou-se um ligeiro acréscimo de 25% no número de edifícios ao nível do município e da freguesia de Vila do Porto, tendência não acompanhada pelo PIRUS, o que pode se justificar pela degradação das construções (alguns edifícios deixam de existir) ao mesmo tempo que se verifica a realização de operações de reconstrução de edifícios, sobretudo na zona histórica de Vila do Porto, explicando a variação quase nula do número de edifícios nestes 20 anos.

No que concerne à idade dos edifícios existentes no município (veja-se tabela seguinte), verifica-se que mais de 45% dos edifícios recenseados em 2011 foram construídos antes de 1970, à semelhança do registado na freguesia de Vila do Porto, demonstrando um parque edificado envelhecido (mais de 45 anos), compatível com a presença de duas zonas históricas onde se concentram metade dos edifícios da sede de concelho. Na zona histórica de Vila do Porto apenas 9% dos edifícios datam da década 2001-2011 valor inferior ao que se verifica no concelho (15%).

Tabela 3.5_Época de construção e tipo de estrutura dos edifícios existentes em Vila do Porto, em 2011

	Época de construção						Tipo de estrutura dos edifícios				
	Anterior a 1919	Entre 1919 e 1945	Entre 1946 e 1970	Entre 1971 e 1990	Entre 1991 e 2000	Entre 2001 e 2011	Betão armado	Alvenaria com placa	Alvenaria sem placa	Adobe/alvenaria de pedra solta	Outro tipo de estrutura
Município	92	447	1075	785	553	558	1557	498	1077	319	59
Freguesia Vila do Porto	15	104	496	353	198	299	1178	112	124	1	50
Zona histórica de Vila do Porto	13	32	174	91	28	35	238	64	70	0	1

Fonte: BGRI2011, INE

Na zona histórica de Vila do Porto, apesar de existirem bastantes construções com estrutura de betão (o que vem comprovar a realização de obras de reabilitação/reconstrução integral de edifícios na zona histórica), mais de 1/3 dos edifícios apresentam estrutura de alvenaria (com ou sem placa), salientando-se a inexistência de edifícios em adobe/ alvenaria de pedra solta.

Tabela 3.6_Tipologia de edifícios e número de alojamentos, 2011

2011	Tipologia de edifício					
	Com 1 ou 2 alojamentos				Com 3 ou mais alojamentos	Outro tipo de edifício
	Total	Isolada	Geminada	Em banda		
Município	3477	2383	821	273	22	11
Freguesia Vila do Porto	1436	570	612	254	20	9
Zona histórica de Vila do Porto	361	60	195	106	8	4

Fonte: BGRI2011, INE

Quanto à tipologia de edifício, no município destaca-se a tipologia de edificação isolada, maioritariamente na tipologia de habitação unifamiliar/bifamiliar. Por sua vez, na zona histórica e Vila do Porto, a tipologia mais usual é a geminada e em banda, atendendo às características desta parte do aglomerado urbano.

Tabela 3.7_ Funções e volumetria dos edifícios, 2011

	Função			Volumetria		
	Edifícios exclusivamente residenciais	Edifícios principalmente não residenciais	Edifícios principalmente residenciais	Edifícios com 1 ou 2 pisos	Edifícios com 3 ou 4 pisos	Edifícios com 5 ou mais pisos
Município	3429	51	30	3454	54	2
Freguesia Vila do Porto	1410	43	12	1424	39	2
Zona histórica de Vila do Porto	335	32	6	355	17	1

Fonte: BGRI2011, INE

Em termos funcionais, os edifícios existentes no município são praticamente quase todos exclusivamente habitacionais, o mesmo acontece na área de intervenção do PIRUS_Vila do Porto. São edifícios de baixa volumetria, sendo que na zona histórica de Vila do Porto apenas existe um edifício com 5 ou mais pisos.

Em 2011, existiam no município de Vila do Porto 3608 alojamentos, dos quais 55% correspondem a alojamentos de residencial, existindo no entanto 511 alojamentos vagos. Este valor sofreu uma redução de praticamente 1/3 entre 2001 e 2011, resultante do aumento do número de alojamentos de residência habitual, que recuperou face à forte quebra registada entre 1991 e 2001.

Tabela 3.8_ Evolução do número de alojamentos

	Total de alojamentos			Alojamentos de residência habitual			Alojamentos vagos		
	1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011
Município	6390	3515	3608	3438	1789	1984	418	723	511
Freguesia Vila do Porto	2546	1500	1544	1872	965	1098	282	309	254
Zona histórica de Vila do Porto	410	414	405	294	276	261	47	60	73

Fonte: BGRI1991, 2001 e 2011, INE

No que se refere à área do PIRUS_Vila do Porto, a tendência verificada nos dois períodos intercensitários foi sempre de decréscimo do número de alojamentos de residência habitual e, consequentemente, do número de alojamentos vagos. Por outro lado, o ligeiro aumento registado entre 1991 e 2001 (ao contrário do que sucedeu quer na freguesia quer ao nível do município) deve-se, muito provavelmente, ao ligeiro crescimento do mercado de arrendamento na zona histórica de Vila do Porto.

Relativamente às condições de habitabilidade dos alojamentos (de residência habitual), pode constatar-se que entre 2001 e 2011 houve uma melhoria significativa no que respeita ao sistema de abastecimento de água dos alojamentos situados na zona histórica de Vila do Porto, apresentando uma situação de

100% de cobertura de serviço de abastecimento e saneamento. Contudo existem ainda poucos casos em que os alojamentos não possuem retrete e/ou banho.

Tabela 3.9 *Evolução das condições de habitabilidade dos alojamentos*

	Alojamentos de residência habitual									
	Total		Com água		Com retrete		Com esgotos		Com banho	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Município	1789	1984	1761	1973	1598	1947	1771	1974	1629	1927
Freguesia Vila do Porto	965	1098	963	1096	886	1088	965	1096	936	1084
Zona histórica de Vila do Porto	276	261	275	261	253	258	276	261	265	257

Fonte: BGRI2001 e 2011, INE

Apesar de maioritariamente habitacional, ainda hoje se localizam na zona histórica de Vila do Porto alguns equipamentos coletivos, assim como delegações de ilha dos serviços da Administração Regional, instalados em edifícios tradicionais recuperados, e ainda alguns estabelecimentos de comércio de apoio à função residencial, bem como alguns serviços (nomeadamente bancos e seguradoras, o posto dos correios e escritórios), sobretudo na Rua Teófilo Braga e na envolvente à ao edifício da Câmara Municipal.

Em síntese:

Como se pode verificar pelos dados apresentados anteriormente, o parque edificado de Vila do Porto foi maioritariamente construído antes de 1970. A existência de um conjunto significativo de alojamentos vagos associado ao estado de conservação de algum edificado comprova a necessidade de intervenção nesta área urbana com o intuito de a regenerar e promover a sua apropriação pela população. Intervenções que beneficiem as condições de atracão da Vila como residência tais como as melhorias a nível da circulação e espaço público (percursos marginais e beneficiação das vias públicas, entre outros) permitirá tornar Vila do Porto um local de excelência para a fixação de população residente.

3.3. Mobilidade

A mobilidade/acessibilidade no município de Vila do Porto integra as redes de transporte e circulação e os equipamentos de mobilidade.

Os movimentos pendulares, a própria dimensão da Vila e o parque automóvel existente não traduzem grandes constrangimentos na circulação. A análise da mobilidade pendular no município de Vila do Porto é apenas possível relativamente aos residentes empregados e estudantes que, respetivamente, trabalham e estudam no concelho de residência, podendo apenas tentar extrapolar algumas conclusões sobre as necessidades de transporte da população que vive no concelho.

De uma forma geral, a percentagem de residentes em Vila do Porto que trabalham e/ou estudam no concelho é muito elevada, a rondar os 97%, o que é perceptível tendo em conta que se trata do único município da ilha.

No que concerne ao tempo gasto numa ida para o local do trabalho aproximadamente 75% da população residente que estuda ou trabalha no município gasta menos de 15 minutos para chegar ao local de trabalho/estudo e apenas 5% declara demorar mais 30 minutos nesta deslocação. Esta conclusão é natural uma vez que existe uma grande percentagem da população a residir na sede de concelho, e a grande maioria dos empregos e dos principais equipamentos de educação situam-se no aglomerado urbano de Vila do Porto.

Estes dados revelam, como seria de esperar, uma proximidade relativa entre o local de trabalho/estudo e o local de residência, o que poderá, à partida, revelar uma facilidade de deslocação da população, seja pelas distâncias ou pelos modos de transporte, como se verá de seguida.

O transporte público na zona histórica de Vila do Porto prende-se essencialmente com o impacto das deslocações entre a Vila e as restantes freguesias e entre a Vila e o Aeroporto. O ritmo da utilização

dos transportes está diretamente relacionado com o funcionamento das escolas e com os desembarques das ligações aéreas e marítimas.

Relativamente aos transportes públicos privados, existe na zona histórica uma praça de táxis junto aos Paços do Concelho. No que se refere aos transportes públicos coletivos, existe fundamentalmente 3 tipos de carreira:

- a linha urbana, que faz a ligação entre a zona histórica da Vila e o aeroporto, percorrendo sobretudo o eixo estruturante da zona central da Vila;
- a linha não urbana, que realiza os circuitos pelas freguesias, com ligação à Vila;
- e a linha de transporte escolar.

As duas últimas tipologias não circulam dentro da zona histórica, existindo um terminal mesmo à entrada da zona histórica, próximo dos equipamentos escolares e de saúde.

Em termos de ligações marítimas, transporte marítimo de passageiros há a referir o serviço regular com ligações à Ilha de São Miguel, durante os meses de Maio a Setembro inclusive.

No que se refere ao transporte aéreo de passageiros é assegurada pelos voos comerciais da SATA – AIR AÇORES, de realização diária para São Miguel e com ligação às restantes ilhas do arquipélago e Portugal Continental.

No que diz respeito à circulação viária na zona histórica de Vila do Porto, esta apresenta características medievais, conforme já referido, nomeadamente pelas ruas estreitas com alguma sinuosidade, embora com um desenvolvimento linear estruturado em torno de um eixo principal, formado pelas ruas Dr. Luís Bettencourt, Rua Teófilo Braga, Rua Frei Gonçalo Velho e Rua da Alfândega. O trânsito circula nos dois sentidos, com algumas exceções, embora existam troços, sobretudo nas travessas e ruas secundárias em que o perfil transversal não é adequado ao baixo volume de tráfego.

O estacionamento é uma componente importante da funcionalidade das áreas urbanas, sendo a quantidade e regime da oferta uma importante medida de qualificação dos espaços públicos. Analisando a oferta de estacionamento na zona histórica, existe uma quantidade razoável de lugares de estacionamento, geralmente formalizado ao longo das vias ou em algumas bolsas integradas na malha urbana. A procura de estacionamento está diretamente relacionada com a utilização dos principais equipamentos coletivos e outros estabelecimentos de serviços, os quais constituem os polos geradores de maior concentração automóvel. Não se verificam constrangimentos significativos, embora haja alguma dificuldade sobretudo em determinadas horas do dia, ao longo do principal eixo viário da zona histórica. Para tal tem contribuído a construção/aproveitamento de alguns terrenos vazios e aberturas na malha urbana para a inclusão de áreas de estacionamento no núcleo antigo. No entanto numa perspetiva de atrair residente à zona histórica é necessário, por um lado, assegurar estacionamento na próxima das habitações e por outro garantir condições de circulação pedonal e adequadas à mobilidade condicionada, situação de urge repensar nesta zona antiga.

Figura 3.8_ Exemplo de situações de estacionamento na zona histórica de Vila do Porto



Em síntese:

A proximidade associada às deslocações casa/trabalho juntamente com as ações programadas em termos de melhoria do espaço público deverão ser indutoras de novas dinâmicas de mobilidade muito associadas aos modos suaves com os respetivos benefícios ecológicos e de saúde para os seus utilizadores. Assim importa garantir que as ações de requalificação do espaço público possuem como orientação chave a melhoria das condições de circulação pedonal.

3.4. Espaços públicos

Os espaços públicos constituem elementos importantes na estrutura do tecido urbano sob os aspetos morfológico, cultural e funcional. Nesta categoria estão incluídas as praças, largos e terreiros, entre outras denominações, bem como todo o espaço de utilização pública que integram os aglomerados urbanos.

O espaço público da zona histórica de Vila do Porto, enquanto espaço de utilização coletiva de lazer e recreio, assenta essencialmente em quatro espaços devidamente delimitados e associados fundamentalmente a edifícios relevantes na estrutura urbana, além dos arruamentos propriamente ditos.

Os quatro largos localizam-se na sede de concelho ao longo do eixo estruturante da zona histórica, sendo que os três primeiros constituem espaços resultantes de um processo evolutivo – ou seja, foram construídos em função de um edifício de importante valor coletivo: o forte de S. Brás, a Igreja Matriz e o edifício dos Paços do Concelho – e o quarto, de construção mais recente relativamente aos anteriores, constitui um espaço de utilização coletiva localizado numa das entradas principais do de Vila do Porto.

Figura 3.9 Localização do Largo Sousa e Silva, Largo Coronel Costa Santos, Largo Nossa Senhora da Conceição e Largo Dr. Jaime Figueiredo



Identificam-se, assim, os seguintes espaços marcantes da malha urbana da zona histórica de Vila do Porto:

- **Largo Sousa e Silva** – associado ao Forte de São Brás, este espaço apresenta limites pouco definidos, apesar da sua frente bem marcada pela muralha, usufruindo de uma localização privilegiada, com vista sobre a paisagem e o porto de mar; recentemente reabilitado, constitui espaço público de qualidade, enaltecidas pela articulação entre pequenos edifícios vernaculares (entre os quais a Ermida de Nossa Senhora da Conceição datada do século XV) e pela franca relação com a paisagem envolvente sobre a ravina que dá para a enseada do porto;
- **Largo Coronel Costa Santos** – resulta da articulação entre dois espaços distintos de características próprias: o adro da Igreja de Nossa Senhora da Assunção (Igreja Matriz de Vila do Porto) e o Largo Coronel Costa Santos propriamente dito, onde se localiza o mais antigo fontanário de Vila do Porto e local de acesso à Igreja do Recolhimento de Santa Maria

Madalena, construído no final do século XVI; o adro da Igreja continua a manter um carácter segregado da restante estrutura urbana, particularmente a sul, com uma diferença de cota em relação aos arruamentos e um tratamento ajardinado diferenciado; o largo adjacente assume uma relação direta com a estrutura urbana e uma situação independente da Igreja, desempenhando um papel de espaço de passagem;

- **Largo Nossa Senhora da Conceição** (Praça do Município) – trata-se o espaço público de maior importância na Vila; o terreiro que lhe deu origem foi construído em função do Convento de São Francisco - cuja primeira construção data do século XVII – e apresenta uma configuração retangular, agregado do lado nascente ao eixo viário estruturante da Vila, a Rua Teófilo Braga, sendo que a sua frente sul continua ainda por definir; O pavimento procura reforçar a regularidade do espaço, embora não respeite a métrica do convento nem os alinhamentos das árvores. A presença de elementos autónomos, como o coreto, não perturba a leitura do espaço como um terreiro devido à filtragem visual da arborização.
- **Largo Dr. Jaime Figueiredo** - localizado entre duas das principais vias de acesso ao aglomerado urbano de Vila do Porto (duas ramificações da Estrada Regional) constituindo assim uma das portas de entrada na zona histórica da Vila; o largo é constituído por uma plataforma triangular plana, delimitada em todo o seu perímetro por um canteiro com pequenos arbustos floridos e cuja área central, de estadia, apresenta um pavimento em blocos de betão em muito bom estado de conservação, mobiliário urbano adequado, arborização e um chafariz antigo.

Figura 3.10_Imagens do espaço público



O espaço público na zona histórica tem um tratamento mais detalhado do que as zonas mais recentes da vila. Os passeios apresentam um pavimento em pedra vulcânica e calcária, sendo a separação das áreas de estacionamento, circulação pedonal e viária bem evidentes. Ao longo da rua principal, os passeios são adornados com motivos marítimos, verificando-se a existência de candeeiros de iluminação pública e algum mobiliário urbano. Na zona mais antiga os passeios deixam de existir ou tem uma dimensão exígua.

Figura 3.11_Espaço público na zona histórica de Vila do Porto



Em termos de estrutura verde da zona histórica de Vila do Porto, importa salientar a envolvente natural que contribui significativamente para a qualidade ambiental e enquadramento paisagístico da zona edificada. Por outro lado, as áreas verdes (ou não impermeabilizadas) dos logradouros contribuem para a continuidade da estrutura verde urbana, de importância determinante nos sistemas naturais de drenagem. Quanto aos espaços verdes públicos, verifica-se a presença pouco consistente de corredores de arborização, surgindo normalmente associados aos largos e praças, bem como pontualmente em cruzamentos entre vias de maior relevância na estrutura urbana.

Em síntese:

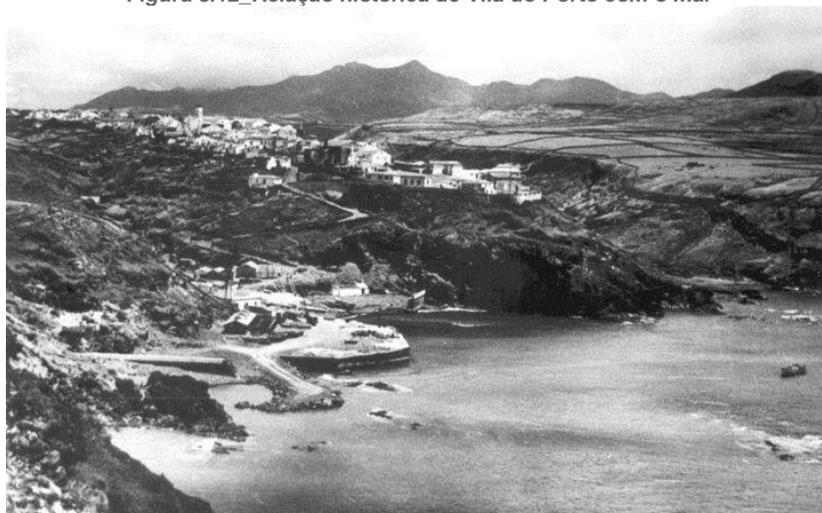
Como foi apresentado anteriormente na zona mais antiga de Vila do Porto os passeios têm dimensões diminutas ou não existem pretende-se assim promover a reabilitação da Praça do Município, dos arruamentos do casco antigo da Vila, a reformulação da Praça Frei Gonçalo Velho, o reordenamento do parque de estacionamento existente entre a Rua do Mercado e a Rua do Cotovelo, a requalificação da rua do Cotovelo e a criação de estacionamento.

3.5. Relação com o mar

O povoamento de Vila do Porto iniciou-se a partir de um núcleo pesqueiro influenciado pela proximidade a uma enseada que permitiu a acostagem das embarcações, estando a estrutura da zona antiga diretamente relacionada com o mar e as atividades a ele associadas.

A sua localização sobranceira ao mar e a forma como se implantou numa plataforma ladeada por dois cursos de água bem vincados que vão desaguar junto ao porto de mar, formando uma ravina que dá para a pequena enseada onde se localiza o porto, evidenciam a importância da proximidade à orla costeira no processo de formação do primeiro burgo açoriano.

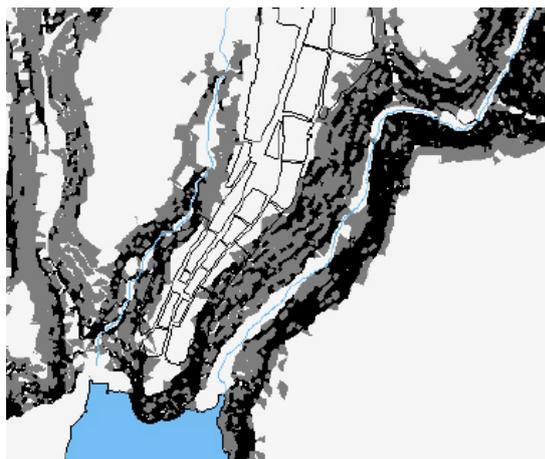
Figura 3.12_Relação histórica de Vila do Porto com o mar



Fonte: História dos Açores (<https://www.facebook.com/HistoriaDosAcores/photos/>)

Importa ainda salientar que todo o casco antigo de Vila do Porto está enquadrado por uma envolvente natural de elevada sensibilidade ambiental, a que correspondem as ravinas formadas por duas linhas de água profundas (as ribeiras de São Francisco e do Sancho) e que vincam a paisagem urbana da Vila, reforçando a sua importância na sustentação de toda a estrutura longitudinal do aglomerado urbano.

Figura 3.13_Paisagem urbana marcada por declives acentuados e proximidade ao mar



Fonte: Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização da Zona Histórica de Vila do Porto, 2006; QP 2012

Tratam-se de espaços considerados no PDM como “espaços verdes de enquadramento” correspondentes às ‘áreas vulneráveis’ delimitadas pelo Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de Santa Maria, as quais apresentam risco de instabilidade de vertente que importa acautelar, sendo imprescindível a execução de ações que promovam a sua fruição e a relação entre o núcleo edificado e o mar.

3.6. Economia e emprego

As atividades associadas ao mar e à agricultura estão (e sempre estiveram) diretamente relacionadas com as formas de povoamento nos Açores e no aglomerado urbano de Vila do Porto essa característica é bem visível. A localização do principal centro urbano da ilha junto ao porto de mar e pela sua forma concentrada e de grande densidade, evidencia a sua dependência das atividades pesqueiras, mas também os logradouros existentes e a envolvente marcadamente rural demonstra a relevância da agricultura na estrutura do emprego dos seus residentes.

Analisando a tabela seguinte é possível verificar a expressão significativa do sector terciário, demonstrando a importância do sector dos serviços, salientando aqui o peso muito relevante do emprego público na estrutura do emprego no município.

Tabela 3.10 Evolução da atividade económica dos residentes em Vila do Porto

	Total residentes empregados			Residentes empregados por sector de atividade (%)								
				Sector primário			Sector secundário			Sector terciário		
	1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011
Município	4226	2170	2289	14%	9%	8%	16%	19%	16%	70%	72%	76%
Freguesia Vila do Porto	2576	1259	1293	6%	4%	6%	13%	14%	13%	81%	82%	81%
Zona histórica de Vila do Porto	416	311	268	9%	6%	10%	14%	21%	12%	77%	73%	78%

Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011, BGRI (INE).

Assim, o sector primário vai perdendo relevância em termos globais, ao longo das duas décadas em análise, com exceção da zona histórica de Vila do Porto, muito por conta das atividades associadas ao mar, sobretudo a pesca, registando um aumento de 4% em 2011, face a 2001 (cerca de 10% dos residentes na zona histórica).

Quanto ao sector secundário, o município apresenta um ligeiro crescimento no último período intercensitário, com a indústria transformadora a tornar-se a mais representativa em termos concelhios.

Tabela 3.11_ Evolução do desemprego dos residentes e pensionistas/reformados

	Residentes desempregados			Taxa de desemprego (%)			Pensionistas /reformados		
	1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011
Município	80	198	219	2%	8%	9%	1504	809	755
Freguesia Vila do Porto	46	106	125	2%	8%	9%	742	388	438
Zona histórica de Vila do Porto	7	43	39	2%	11%	10%	154	162	153

Fonte: Censos1991, 2001 e 2011, BGRI (INE).

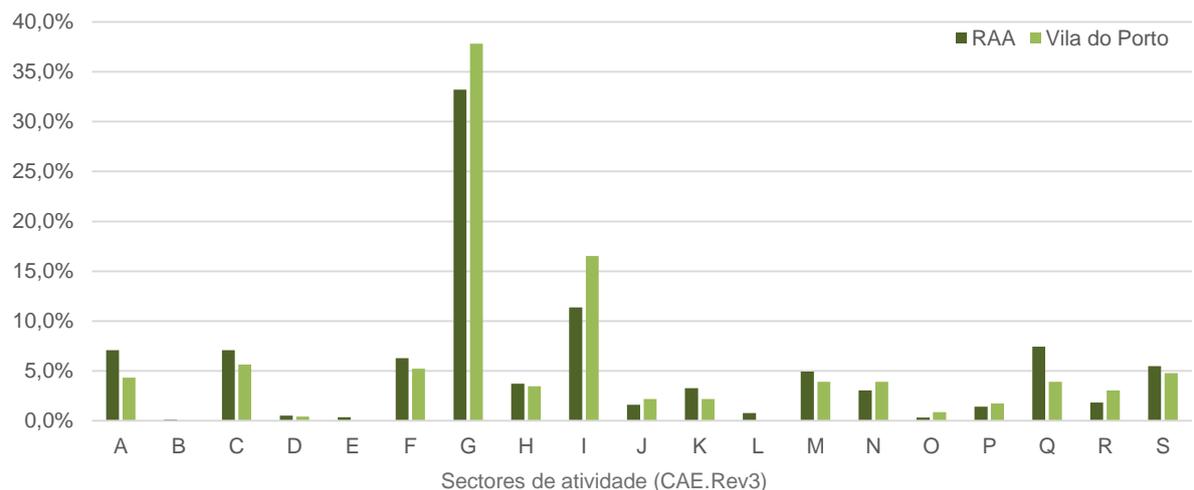
Relativamente ao desemprego é possível verificar que, em 2011, existiam no município cerca de 219 residentes desempregados, correspondendo a uma taxa de desemprego de 9%, registando-se uma evolução negativa nos dois períodos intercensitários. No que respeita à zona histórica de Vila do Porto, o agravamento foi bastante acentuado entre 1991 e 2001, evidenciando uma ligeira recuperação para 2011. Em relação ao número de pensionistas e/ou reformados tem vindo a diminuir ligeiramente.

Em termos de estrutura empresarial, a análise é feita ao nível do município (em comparação com a Região), atendendo a que os dados disponíveis não permitem perceber a distribuição das empresas no aglomerado urbano, ou seja, em termos estatísticos, não foi possível determinar a localização das empresas na área de intervenção do PIRUS_Vila do Porto.

De acordo com os dados mais recentes divulgados pelo Observatório do Emprego e Formação Profissional, existiam no município de Vila do Porto em 2013 cerca de 230 estabelecimentos de empresas que empregavam 1116 indivíduos.

Na abordagem à repartição dos estabelecimentos de empresas por sector de atividade (por secção, de acordo com a classificação das atividades económicas CAE Rev3) deve ter-se em conta que estes dados não são completamente representativos do emprego no concelho, pois não incluem os empresários em nome individual, nem as atividades por conta própria no sector primário. De qualquer forma dão uma ideia acerca dos sectores de atividade predominantes no município, que complementa a visão estrita retirada da análise da distribuição da população residente por grandes sectores de atividade anteriormente apresentada.

Figura 3.14_Distribuição dos estabelecimentos de empresas na RAA e em Vila do Porto, por sector de atividade (2013)



- Sectores de atividade (CAE.Rev3)
- A – Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca
 - G – Comércio (por grosso e a retalho), comércio e reparação de veículos automóveis
 - N – Atividades administrativas e serviços de apoio
 - B – Indústrias extrativas
 - H – Transportes e armazenagem
 - O – Administração pública, defesa, segurança social obrigatória
 - C – Indústrias transformadoras
 - I – Alojamento, restauração e similares
 - P – Educação
 - D – Eletricidade, Gás, Vapor, Água quente e fria, Ar frio
 - J – Atividades de informação e de comunicação
 - Q – Atividades de saúde humana e apoio social
 - E – Distribuição de água, saneamento e resíduos
 - K – Atividades financeiras e de seguros
 - R – Atividades artísticas, desportivas e recreativas
 - F – Construção
 - L – Atividades imobiliárias
 - S – Outras atividades de serviços
 - M – Atividades de consultoria, científicas e técnicas

Fonte: Estrutura empresarial. Publicação do Observatório do Emprego e Formação Profissional, 2013

Na figura anterior são apresentados os sectores de atividade segundo a sua representatividade nos estabelecimentos de empresas a nível regional e municipal, no ano de 2013. É possível verificar que o sector do comércio por grosso e a retalho (secção G) domina o tecido empresarial na Região e no município, representando cerca de 33% dos estabelecimentos de empresas na RAA, seguido do sector do alojamento, restauração e similares (sector I) contabilizando quase cerca de 11,4% das empresas.

A nível municipal, a estrutura empresarial é também dominada por empresas da secção G, representando quase 38% dos estabelecimentos, seguido dos sectores ligados ao turismo e restauração, com cerca de 16,5%, um valor bastante expressivo face aos restantes sectores de atividade. A indústria transformadora representa também um papel significativo no município, em que 5,7% dos estabelecimentos, tais como a indústria da madeira, matérias não metálicas e indústria alimentar.

As atividades do sector primário têm vindo a diminuir destacando-se o aumento e a diversificação das atividades ligadas aos serviços (públicos e privados), bem como a construção que representa apenas 5% das empresas em Vila do Porto. Refira-se ainda alguma relevância das atividades associadas ao sector das atividades de consultoria, científicas e técnicas, administrativas e serviços de apoio, saúde humana e apoio social e outras atividades de serviços, evidenciando a importância do sector terciário, em crescimento, na estrutura empresarial do município. Os restantes sectores de atividade são pouco representativos, ou mesmo inexistentes.

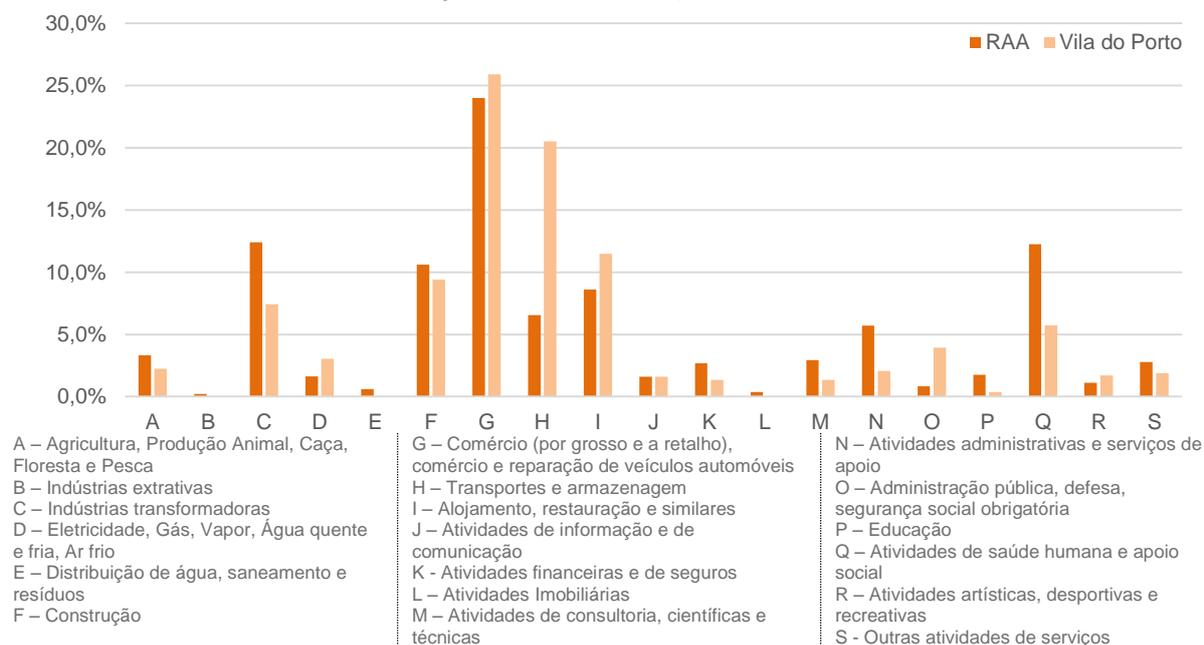
No que diz respeito à dimensão dos estabelecimentos (incluindo sedes de empresas) pode dizer-se que o tecido empresarial da Região Autónoma dos Açores é dominado por microempresas, sendo que cerca de 85% das empresas emprega menos de 10 pessoas. O peso deste escalão no município das Vila do Porto é ainda mais elevado, cerca de 92%, existindo apenas 1 média empresa (entre 100 a 199 trabalhadores) e 18 pequenas empresas num universo de 230 estabelecimentos de empresas. Relativamente à distribuição do número de pessoas ao serviço por cada sector de atividade, existiam em 2013, no município de Vila do Porto, 1116 residentes a trabalhar nos estabelecimentos de empresas.

Tabela 3.12_Estabelecimentos por número de trabalhadores ao serviço, 2013

	Total de Estabelecimentos	< 10	10 a 19	20 a 49	50 a 99	100 a 199	200 a 499	500 e mais
RAA	7381	6336	595	314	98	26	12	0
Município de Vila do Porto	230	211	9	9	0	1	0	0

Fonte: Estrutura Empresarial por ilha e concelho 2013, Observatório do Emprego e Formação Profissional

Figura 3.15_Distribuição do pessoal ao serviço nos estabelecimentos de empresas por sector de atividade, em 2011



Fonte: Estrutura empresarial. Publicação do Observatório do Emprego e Formação Profissional, 2013

Conforme se pode observar na figura anterior, no município de Vila do Porto o sector mais representativo segundo a variável “nº de pessoas ao serviço” é a secção G (Comércio, designadamente comércio a retalho) que emprega cerca de 26% dos residentes que trabalham nos estabelecimentos de empresas, seguido do sector da “Transportes e Armazenagem” (H) com cerca de 20,5% dos trabalhadores em empresas (justificado pela relevância do Aeroporto de Santa Maria como entidade empregadora na ilha) e ainda os sectores da hotelaria e restauração (11,5%), a construção (9,4%) e ainda a indústria transformadora (7,4%) e as atividades de saúde humana e apoio social (5,7%).

3.7. Matriz estratégica

Até 2020, os Açores terão acesso a um novo Quadro Comunitário de Apoios, beneficiando assim de uma nova oportunidade de financiamento de iniciativas de desenvolvimento territorial.

Vila do Porto já é um concelho empreendedor que não perde de vista o desenvolvimento integrado, alicerçado na sua identidade, cultura e tradições, “*uma ilha inovadora, receptiva ao teste de ideias que valoriza a identidade do seu modo de vida, património e base produtiva*”¹

Não obstante, emergem novas oportunidades para o concelho se aproximar ainda mais da Estratégia Europa 2020, através de um modelo de desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo, e responder à emergência de novas problemáticas relacionadas com a sustentabilidade dos espaços urbanos, do ambiente urbano e do ordenamento do território.

Neste contexto, a Câmara Municipal de Vila do Porto decidiu operacionalizar a sua estratégia de desenvolvimento municipal, refletida em inúmeros instrumentos de planeamento estratégico e planos de ordenamento do território que desenvolveu nos últimos anos, elaborando um plano de ação para a próxima década.

O presente documento, de carácter iminente operacional, deverá constituir o quadro de referência estratégico para a Câmara Municipal preparar as diferentes candidaturas ao novo Quadro Comunitário de Apoios de forma a concretizar a sua estratégia de desenvolvimento e ordenamento territorial.

Importa lembrar que muitas das ações estão já previstas e/ou enquadradas por diversos documentos estratégicos e instrumentos de gestão territorial, como a Estratégia Europa 2020, a Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da RAA, a Estratégia Marítima para as Regiões Atlânticas, o Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Autónoma Açores (PROTA), o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma Açores (POTRAA), o Plano Diretor Municipal e o Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização da Zona Histórica de Vila do Porto, em consonância com as suas potencialidades, cujas principais iniciativas e ações previstas são sintetizadas no quadro seguinte.

Plano Diretor Municipal

O Plano Diretor Municipal de Vila do Porto, publicado pelo Aviso n.º 3279/2012, de 29 de fevereiro, define 5 objetivos estratégicos, destacando-se, no âmbito do PIRUS_Vila do Porto, a promoção da qualificação do solo urbano e da qualidade de vida, garantindo a afirmação dos principais centros urbanos na organização do território e a valorização dos recursos naturais e patrimoniais.

O PDM classifica a zona histórica de Vila do Porto como solo urbano integrada na categoria de espaço urbano consolidado, destacando os valores culturais e patrimoniais presentes e remetendo a regulamentação destes espaços para o respetivo plano de salvaguarda em vigor.

A estratégia de desenvolvimento sustentável para a Região

Os estudos de base do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Autónoma dos Açores tiveram como objetivo ganhar consensos sobre novas prioridades estratégicas para as nove ilhas dos Açores, através de soluções ambientalmente adequadas, socialmente justas e economicamente eficientes.

Este instrumento visa estabelecer prioridades estratégicas de atuação para a Região, no âmbito do desenvolvimento sustentável, decorrentes das orientações e principais objetivos da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável, procurando identificar as potencialidades da Região, bem como os problemas e os

¹ Augusto Mateus e Associados “Plano Estratégico de Desenvolvimento de Santa Maria”, 2012

constrangimentos decorrentes da condição do arquipélago, e as oportunidades que se perspetivam ao nível ambiental, económico, social e institucional, e que deverão fundamentar a estratégia de atuação a prosseguir. Ao todo são definidas dez prioridades para a sustentabilidade da região, um conceito que passa pela conciliação do desenvolvimento humano a longo prazo com a gestão limitada dos vários recursos. Entre as prioridades apontadas nos estudos de base contam-se a necessidade de um investimento nas pessoas através de formação profissional, o empreendedorismo e a sustentabilidade energética.

Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA)

O POTRAA destaca como aposta estratégica central as praias em Santa Maria, incluindo ainda outras vocações a serem desenvolvidas, como a gastronomia, o golfe e os desportos náuticos.

No modelo de organização do território da ilha de Santa Maria são assinaladas as propostas e os principais recursos do concelho, nomeadamente as reservas naturais, os trilhos e percursos pedestres, os espaços específicos de vocação turística, as praias – Anjos, São Lourenço, Maia e Praia Formosa -, os parques de merendas, um vasto conjunto de elementos singulares e de património natural e edificado em presença.

A estratégia marítima para a região atlântica

No respetivo Plano de Ação é estabelecida a Prioridade 4 “Criar um modelo de desenvolvimento regional sustentável e socialmente inclusivo” que tem como objetivos, onde se enquadram as intervenções definidas no presente plano:

- Promover um melhor conhecimento dos desafios sociais na Região Atlântica através do intercâmbio das melhores práticas em matéria de promoção da saúde, inclusão social e bem-estar das populações costeiras e elaboração de indicadores socioeconómicos no domínio marinho adequados e utilizáveis para avaliar, comparar e seguir a evolução da «economia azul»;
- Preservar e promover o património cultural do Atlântico através do combate à sazonalidade e da melhoria das perspetivas das PME, da diversificação dos produtos do turismo marítimo e costeiro e do desenvolvimento de mercados de nicho, investindo: a) Nos desportos marítimos, em marinas e em atividades de lazer; b) Em serviços portuários, incluindo serviços aos passageiros de cruzeiros; c) Na identificação e promoção das atrações naturais e culturais da orla marítima atlântica, como a pesca artesanal, a gastronomia local e o património marítimo; d) Na proteção e recuperação de atrações turísticas, nomeadamente atrações culturais costeiras e subaquáticas e sítios do património marítimo com valor arqueológico, ecológico ou histórico.

Nesta prioridade estão incluídas ações de revitalização urbana que procurem assegurar uma qualificação integrada dos espaços urbanos, suportadas em parcerias entre residentes, organizações, economia entre outros elementos, em ações de qualificação dos espaços urbanos centrais e frentes marítimas, enquanto dimensão chave para reforçar o seu papel de espaços preferenciais de desenvolvimento turístico e da marca identitária das ilhas.

Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização da Zona Histórica de Vila do Porto

Em 2006 é publicado o Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização da Zona Histórica de Vila do Porto (PPSVZH_Vila do Porto), DRR n.º 12/2006, de 24 de fevereiro, que contempla uma área de intervenção aproximada de 31,5ha, abrangendo a designada “zona antiga” de Vila do Porto, classificada como conjunto classificado de interesse público e a zona consolidada adjacente. Este plano teve como objetivos

- Estabelecer as regras a que deve obedecer a ocupação, uso e transformação do solo da respetiva área de intervenção;
- Definir a conceção geral da organização urbana;
- Definir as normas gerais do sistema de execução a utilizar na respetiva área de intervenção;
- Definir ações específicas de recuperação, requalificação e reabilitação das construções existentes que introduzam uma nova dinâmica na zona de intervenção.

O Plano apresenta um conjunto de intervenções e medidas de requalificação do núcleo histórico no seu programa de execução, as quais têm vindo a ser realizadas e implementadas pelo município.

4. ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

4.1. Enquadramento

De forma resumida, os quadros seguintes pretendem evidenciar as características dominantes, bem como os principais fatores positivos e negativos que melhor caracterizam a área de intervenção do PIRUS_Vila do Porto. Realça-se que esta intervenção envolve diretamente cerca de ¼ da população do município e indiretamente toda a população, uma vez que incide sobre o principal aglomerado urbano de Santa Maria. Este diagnóstico direcionado para o enquadramento das intervenções elegíveis no âmbito do PIRUS visa, também, retratar o perfil urbano social e económico desta área, fatores determinantes para o sucesso da operação de regeneração urbana.

Tabela 4.1_Quadro estratégico de referência da zona histórica de Vila do Porto

FACTORES POSITIVOS	FACTORES NEGATIVOS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ O centro antigo mantém a sua importância na hierarquia urbana do município, concentrando ainda muita habitação, a par dos principais equipamentos e serviços públicos que asseguram a vivência do núcleo histórico ▪ Núcleo urbano concentrado, implantado numa lomba formado por duas ribeiras profundas que vincam a paisagem e condicionam o desenvolvimento da estrutura urbana; ▪ Tecido urbano de origem medieval formado por quarteirões apertados de edifícios de 2 pisos em conjuntos de bandas contínuas, ao longo de um eixo longitudinal atravessado por pequenas ruas e travessas; ▪ Núcleo maioritariamente habitacional, com alguns equipamentos coletivos (incluindo delegações da administração regional) e sobretudo vários estabelecimentos de comércio e serviços de apoio à função residencial; ▪ Várias iniciativas municipais de recuperação de edifícios da zona antiga para instalação de equipamentos coletivos (biblioteca, creche...) ▪ Existência de um regulamento municipal de apoio à reabilitação de imóveis situados na zona antiga ▪ Forte identidade cultural ▪ Existência de várias associações e coletividades ▪ Taxa de desemprego reduzida ▪ A estrutura viária de desenvolvimento linear em torno de um único eixo central, com passeios reduzidos e geralmente com pavimento em calçada; ▪ Presença de espaços públicos emblemáticos em termos de referências identitárias e de sociabilização da rua ▪ Importância da proximidade da orla costeira no processo de formação do núcleo urbano. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tendência de envelhecimento da população; ▪ Existência de más condições de habitabilidade e de qualidade de vida ▪ Aparelho comercial em declínio caracterizado pela presença pontual das formas mais tradicionais de comércio ▪ Elevado número de edifícios devolutos sem condições de habitabilidade, impossíveis de colocar no “mercado” ▪ Mau estado de conservação, com várias situações pontuais de ruína e degradação da imagem urbana; ▪ Perfis e estado de conservação dos pavimentos inadequados, quer em termos de circulação pedonal quer rodoviários; ▪ Problemas de estacionamento, sobretudo, no casco antigo devido às características dos arruamentos; ▪ Pouca qualidade funcional e estética de alguns espaços públicos simbólicos e estruturantes do núcleo urbano (e.g. praça do município) a necessitarem de intervenção de requalificação. ▪ Diferença de cotas entre a frente marítima e o núcleo urbano não permite relação franca entre os dois planos, sendo unicamente uma relação visual; ▪ Existência de riscos de instabilidade de vertente e problemas de drenagem de águas nas duas ravinas que sustentam a zona edificada mais antiga.

A validação do diagnóstico, bem como das intervenções que corporizam o plano de ação, que se apresenta no capítulo seguinte, resultam de uma ampla discussão e reflexão conjunta com os principais *stakeholders* do município.

Prosseguindo uma estratégia de envolvimento a participação ativa, a Câmara Municipal organizou para uma sessão alargada com os principais agentes económicos e sociais do município, nomeadamente os que estão presentes na área de intervenção no sentido de discutir a estratégia de intervenção e a apresentação do plano de ações e dos principais projetos emblemáticos a desenvolver.

Figura 4.1_Imagens da sessão de discussão da Estratégia de Regeneração Urbana



Fonte: Câmara Municipal de Vila do Porto

A discussão e os contributos foram incorporados na estratégia que se apresenta, designadamente no plano de ação, sendo de realçar o papel ativo e efetivo que resultou desta participação.

Conforme consta no Aviso de candidatura, o PIRUS_Vila do Porto constitui um instrumento que define um conjunto de intervenções no âmbito da reabilitação urbana tendo em vista a requalificação e revitalização das duas zonas históricas do centro urbano de Vila do Porto, no sentido de promover a fixação de residentes, de melhorar as condições de vida e do ambiente urbano, e de potenciar os seus recursos e oportunidades, numa estratégia integrada de desenvolvimento urbano sustentável e socialmente inclusivo.

O PO Açores2020 define, no âmbito da definição da tipologia de ações que poderão ser incluídas nas candidaturas a financiamento, duas linhas de intervenção, às quais estão associadas tipologias de ações suscetíveis de financiamento:

- o “**interland**” de vilas e cidades dos Açores, compreendendo intervenções de regeneração urbana a desenvolver nas ruas, quarteirões ou praças, nos centros históricos, com objetivos de fomento de dinâmicas que envolvam e atraiam as populações, melhorem a qualidade de vida e propiciem animação económica:
 - i. Intervenção no edificado (edifícios públicos, edifícios privados de utilização pública, edifícios de atividade económica (e.g. comércio e serviços) e edifícios de habitação) deverá circunscrever-se às zonas dos centros históricos das pequenas vilas e cidades;
 - ii. Reestruturação das calçadas nos centros históricos e a supressão de barreiras arquitetónicas à mobilidade pedestre nos centros históricos das vilas e cidades;
 - iii. Qualificação do espaço público, incluindo mobiliário urbano e a sinalização;
 - iv. Criação e qualificação de espaços verdes urbanos;
 - v. Construção e requalificação de edifícios e estruturas locais públicas de natureza logística, incluindo os mercados municipais;
 - vi. Reabilitação e reconversão de unidades industriais abandonadas;
 - vii. Reabilitação do edificado, incluindo a reabilitação do espaço público envolvente;
 - viii. Demolição de edifícios visando a criação de espaços públicos, desde que integrada na reabilitação do conjunto edificado envolvente;

- ix. Apoio à aquisição de equipamentos para monitorização da qualidade do ar e do ruído da rede urbana de âmbito regional, com disponibilização no sistema nacional de informação – QualAr.
- **a orla marítima dos aglomerados urbanos**, a que corresponde pequenas intervenções complementares das ações no “*interland*” e que têm por objetivo a aproximação e uma maior convivência entre os residentes no espaço urbano e o mar, isto é, que reforcem a ligação e o cariz atlântico das pequenas zonas urbanas dos Açores revitalizadas:
 - i. *pequenas infraestruturas públicas locais relacionadas com a náutica,*
 - ii. *pequenas marinas e cais de acostagem locais de apoio para pequenas embarcações,*
 - iii. *espaços de lazer para usufruto da população urbana residente.*

4.2. Objetivos da intervenção

Os objetivos de intervenção definidos para as duas áreas históricas de Vila do Porto inscrevem-se numa estratégia de desenvolvimento sustentável mais abrangente, que define uma visão para Santa Maria 2027 como uma **“ilha inovadora, recetiva ao teste de ideias, que valoriza a identidade do seu modo de vida, património e base produtiva”**.²

De acordo com este plano, “*Santa Maria é uma ilha que se orgulha do seu passado, com pessoas com uma elevada autoestima ao serviço de uma ambição sensata e ponderada para o futuro, cujo crescimento económico e social surgirá, conseqüentemente, em resposta ao progresso que a ilha alcance, resultado da aposta na experimentação de soluções inovadoras para as pessoas (que vivem e visitam Santa Maria) e para as empresas (instaladas e que se queiram instalar).*”

O “teatro experimental” é, assim, o conceito que dá corpo ao “sonho” do que Santa Maria quer ser em 2027:

- Uma ilha aberta aos Açores, ao país e ao mundo;
- Uma ilha que está atenta e disponível à concretização de ideias inovadoras;
- Uma ilha com uma comunidade que “agarra” as ideias dos outros;
- Uma ilha que se oferece como espaço de concretização dessas ideias, num território onde vale a pena ousar e experimentar novas soluções para a qualidade de vida.

Para a trajetória sob o primado do progresso humano (económico e social) que se preconiza para Santa Maria, a melhoria da conectividade, da acessibilidade e da mobilidade externa é uma condição que se assume como necessária e que deve ser exigida por todos aqueles que partilham desta visão de futuro para Santa Maria.

Assim, a capacidade de Santa Maria caminhar para a visão projetada para 2027 depende fortemente de um modelo de governação concertado, capaz de criar os mecanismos de funcionamento inerentes à garantia de uma atuação coesa e concertada entre os vários atores que participam no progresso da ilha e onde a preocupação em garantir a melhoria da mobilidade deve ser central.

A par desta exigência, a visão defendida para Santa Maria, que estabelece o sentido a dar às temáticas de intervenção que se preconizam para este território, introduz ainda três objetivos e princípios transversais:

- Enraizar a população, criar atividades económicas e consequentes oportunidades de trabalho;
- Abertura da ilha à introdução e ao teste de soluções inovadoras;
- Preocupação com a sustentabilidade.

² Augusto Mateus e Associados “Plano Estratégico de Desenvolvimento de Santa Maria”, 2012

Esta fixação de objetivos transversais, que contribuem para toda a estratégia, dá o mote para o modelo estratégico de intervenção definido para o desenvolvimento de Santa Maria, que conscientemente assume, numa lógica cumulativa, esses objetivos na interação dos eixos estratégicos de intervenção³”.

Figura 4.2_ Modelo estratégico de intervenção



Fonte: Plano Estratégia de Desenvolvimento de Santa Maria, Augusto Mateus, 2012

Neste contexto o primeiro eixo estratégico de intervenção orientado para a defesa do modelo vida, designado “defesa e valorização do modelo de vivência local”, elege como uma das suas linhas estratégicas “preservar e valorizar o modelo de povoamento, o habitat e a mobilidade interna” sendo uma das ações promovidas através “da reabilitação das casas no centro histórico de Vila do Porto e da própria revitalização (não só habitacional, mas também comercial) do centro histórico”.

Esta vontade recorrente de regenerar os bairros históricos que são indissociáveis da identidade dos Marienses emerge em todas as reflexões estratégicas realizadas na última década no município, estando presente novamente nesta última Visão de Santa Maria.

Neste contexto, o PIRUS_Vila do Porto corporiza uma estratégia integrada de desenvolvimento urbano sustentável e socialmente inclusivo, que congrega um conjunto de intervenções assente em três dimensões fundamentais, que visam genericamente:

- **Assegurar a requalificação e revitalização do centro histórico de Vila do Porto**, procurando promover a melhoria das condições de vida e a qualidade do ambiente urbano;
- **Criar intervenções no quadro de uma operação de regeneração integrada**, que valorize a zona histórica e que articule e potencie as sinergias entre este centros e outras zonas históricas do aglomerado, como locais diferenciadores de uma história comum;
- **Ancorar a intervenção de regeneração às portas de entrada no município**, o aeroporto e o porto, locais a partir dos quais a narrativa histórica dos marienses e a firmação da sua identidade deve ser promovida e divulgada.



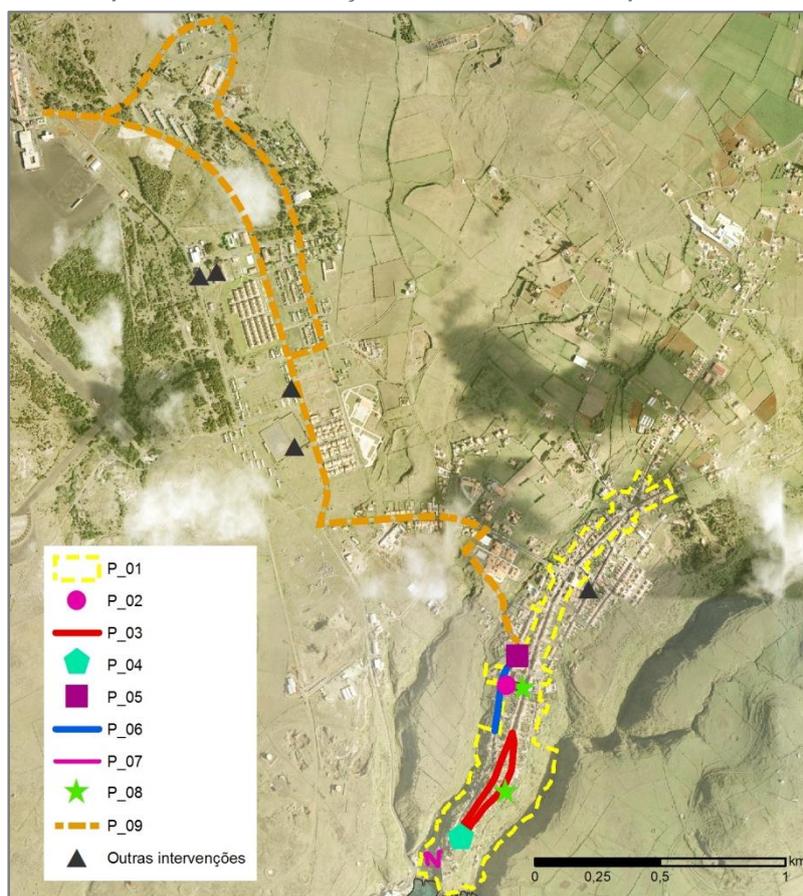
³ Augusto Mateus e Associados “Plano Estratégico de Desenvolvimento de Santa Maria”, 2012

Tendo por base este quadro de referência e o diagnóstico prospetivo apresentado, elegem-se como **objetivos estratégicos** para o PIRUS_Vila do Porto:

- **Salvaguardar e valorizar os valores patrimoniais presentes** apostando no reconhecimento das duas áreas históricas como épocas fundamentais da construção da identidade de Vila do Porto;
- **Apostar na reformulação do espaço público e das condições de mobilidade** como fatores essenciais à qualidade de vida e à regeneração funcional e social do tecido urbano;
- **Intervir em edifícios e espaços emblemáticos** que possam ser indutores do desenvolvimento de atividades económicas e da própria regeneração, bem como da capacidade de reconversão funcional;
- **Apostar em espaços simbólicos que associem as memórias à modernidade**, revitalizando o sentimento de identidade, pertença, apropriação do espaço urbano, em especial do público, e as competências de cidadania;
- **Sensibilizar a população para a importância da conservação do património cultural**, móvel e imóvel, e incentivar à participação na reabilitação das zonas históricas, divulgando o regime de incentivo financeiro e as condições de acesso, bem como apelando à sua participação afetiva e efetiva neste processo.

As intervenções decorrentes destes objetivos estratégicos do PIRUS_Vila do Porto são complementadas, numa perspetiva integrada mais alargada, por um conjunto de outras intervenções em curso ou programadas e que tem incidência espacial quer na área de intervenção do presente plano (embora não lideradas pela Câmara Municipal), quer num espaço territorial mais alargado. Todas estas intervenções concorrem para a visão Santa Maria 2027 e tem uma sequência lógica no tempo e no espaço que garantem a coerência e coesão da intervenção e o sucesso da estratégia preconizada.

Figura 4.3_ Localização das ações/projetos propostos no âmbito do PIRUS e de outras ações em curso ou programadas para a área de intervenção do PIRUS e envolvente próxima



Na tabela seguinte identificam-se as intervenções preconizadas no quadro da estratégia delineada, destacando-se aquelas que serão inscritas do âmbito do PIRUS_Vila do Porto, atendendo aos critérios de elegibilidade definidos. Destacam-se ainda as intervenções/projetos que cumprem o desígnio de mais do que um dos objetivos estratégicos definidos, bem como as intervenções /projetos que associam componentes financiáveis de diferentes eixos do PO Açores2020 ou se inserem noutros eixos prioritários.

Na tabela seguinte são ainda identificados outros projetos, em curso ou programados para a área de intervenção, não inseridos nos projetos inscritos no PIRUS mas que se inscrevem na estratégia de regeneração integrada que se preconiza.

Tabela 4.3_Estratégia de intervenção: ações/projetos previstos ou em curso com incidência espacial nas duas zonas históricas de Vila do Porto

Ações/projetos	Objetivos estratégicos do PIRUS				
	Salvaguardar e valorizar os valores patrimoniais presentes apostando no reconhecimento das duas áreas históricas como épocas fundamentais da construção da identidade de Vila do Porto	Apostar na reformulação do espaço público e das condições de mobilidade como fatores essenciais à qualidade de vida e à regeneração funcional e social do tecido urbano	Intervir em edifícios e espaços emblemáticos que possam ser indutores do desenvolvimento de atividades económicas e da própria regeneração urbana, bem como da capacidade de reconversão funcional	Apostar em espaços simbólicos que associem as memórias à modernidade, revitalizando o sentimento de identidade, pertença, apropriação do espaço urbano, em especial do público, e as competências de cidadania	Sensibilizar a população para a importância da conservação do património cultural móvel e imóvel e incentivar à participação na reabilitação das duas zonas históricas, divulgando o regime de incentivo financeiro e as condições de acesso, bem como apelando à sua participação afetiva e efetiva neste processo
A CANDIDATAR À PRIORIDADE DE INVESTIMENTO 6.5 (PIRUS)					
Revisão do Plano de Pormenor de Salvaguarda da Zona Antiga de Vila do Porto					
Reabilitação da Praça do Município (*)					
Reabilitação dos arruamentos do casco antigo da Vila (*)					
Reformulação da Praça Frei Gonçalo Velho (*)					
Reordenamento do parque de estacionamento existente entre a R. do Mercado e a R. do Cotovelo					
Requalificação da Rua do Cotovelo e criação de estacionamento					
Recuperação do percurso pedonal entre o Forte de São Brás e o porto (*)					
Promoção e divulgação da identidade e do património Mariense através da experimentação de novas tecnologias de comunicação na animação urbana(*)					
Construção da ciclovía a interligar as duas zonas históricas de Vila do Porto, incluindo disponibilidade de bicicletas na EBS de Santa Maria (*)					
Ações de sensibilização e de divulgação da operação de regeneração urbana					

Ações/projetos	Objetivos estratégicos do PIRUS				
	Salvaguardar e valorizar os valores patrimoniais presentes apostando no reconhecimento das duas áreas históricas como épocas fundamentais da construção da identidade de Vila do Porto	Apostar na reformulação do espaço público e das condições de mobilidade como fatores essenciais à qualidade de vida e à regeneração funcional e social do tecido urbano	Intervir em edifícios e espaços emblemáticos que possam ser indutores do desenvolvimento de atividades económicas e da própria regeneração urbana, bem como da capacidade de reconversão funcional	Apostar em espaços simbólicos que associem as memórias à modernidade, revitalizando o sentimento de identidade, pertença, apropriação do espaço urbano, em especial do público, e as competências de cidadania	Sensibilizar a população para a importância da conservação do património cultural móvel e imóvel e incentivar à participação na reabilitação das duas zonas históricas, divulgando o regime de incentivo financeiro e as condições de acesso, bem como apelando à sua participação afetiva e efetiva neste processo
PROJETOS COMPLEMENTARES EM CURSO					
Recuperação do Antigo Cinema do Aeroporto (DRC)					
Recuperação de antigo armazém para criação de ninho de empresas (DRC)					
PROJETOS EM PREPARAÇÃO, com financiamento de outros eixos ou fundos					
Criação de percurso histórico alusivo aos bairros do aeroporto (DRC)					
Requalificação dos arruamentos municipais e respetivas infraestruturas na Zona do Aeroporto (*)					
Criação do “pulmão da Vila”					
Instalação das sedes de associações locais, reabilitando edifício emblemático da Zona do Aeroporto (*)					
Construção de corredor exterior de ligação entre blocos da escola primária de Vila do Porto (CM)					

(*) Os projetos assinalados podem ser parcialmente financiados por outros eixos de intervenção do POAçores2020, designadamente no primeiro caso a iluminação pública através da Prioridade de Investimento 4.3 e o segundo pela Prioridade de Investimento 2.3.

Contribui diretamente para o objetivo estratégico Contribui indiretamente para o objetivo estratégico

A requalificação urbana do aglomerado de Vila do Porto, no seu conjunto, bem como dos serviços e dos equipamentos de lazer e recreio, que asseguram a qualidade de vida da população, envolve a concretização de um conjunto de projetos complementares, em curso e programados, que extravasam a zona histórica do município e se estendem outros espaços na sua envolvente.

Pela importância estratégica que estas intervenções oferecem na reconversão e valorização integrada da Vila do Porto sob o ponto social, económico e ambiental na tabela seguinte identificam-se o conjunto de projetos mais relevantes e que contribuirão para a regeneração urbana integrada de Vila do Porto.

Tabela 4.4_ Estratégia de intervenção: ações/projetos, em curso ou previstos, com incidência espacial na envolvente da área de intervenção do PIRUS_ Vila do Porto

Câmara Municipal
Requalificação da Estrada da Malbusca: drenagem, estabilização de taludes e repavimento (em curso)
Elaboração do projeto-tipo da Casa Típica mariense
Aquisição e instalação de painéis fotovoltaicos para complexo desportivo, biblioteca entre outros
Requalificação do Caminho da Ribeira de São Domingos
Reperfilamento do Caminho Velho, na Praia Formosa
Requalificação do troço de ligação da ER à frente marginal da Praia Formosa
Construção da Praça Cristóvão Colombo, no núcleo urbano dos Anjos
Reperfilamento da rua de acesso à zona consolidada e melhoria das condições de inversão de marcha, no núcleo urbano dos Anjos
Requalificação e reforço da rede de captação e abastecimento de água em Santo Espírito
Outras entidades
Requalificação da frente marítima da zona balnear da Praia Formosa (DRAM)
Requalificação e extensão do passeio marítimo da zona balnear dos Anjos (DRAM)

Importa salientar que muitas das ações recenseadas na tabela anterior poderão ser elegíveis no âmbito do presente quadro de fundos estruturais, nomeadamente as intervenções programadas para a Praia Formosa e para a Baía dos Anjos ao nível da requalificação do espaço público de acordo com os respetivos planos de pormenor publicados em 2015) caso existam recursos financeiros disponíveis.

5. PROGRAMA DE EXECUÇÃO

5.1. Enquadramento

As intervenções que integram o plano de ação do PIRUS_Vila do Porto são as seguintes:

- **P_01:** Elaboração da Revisão do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização da Zona Histórica de Vila do Porto;
- **P_02:** Reabilitação da Praça do Município;
- **P_03:** Reabilitação dos arruamentos do casco antigo da Vila;
- **P_04:** Reformulação da Praça Frei Gonçalo Velho;
- **P_05:** Reordenamento do parque de estacionamento existente entre a Rua do Mercado e a Rua do Cotovelo;
- **P_06:** Requalificação da Rua do Cotovelo e criação de estacionamento;
- **P_07:** Recuperação do percurso pedonal entre o Forte de São Brás e o porto;
- **P_08:** Promoção e divulgação da identidade e do património Mariense através da experimentação de novas tecnologias de comunicação na animação urbana
- **P_09:** Construção da ciclovia a interligar as “portas” de entrada de Vila do Porto, incluindo disponibilidade de bicicletas na EBS de Santa Maria
- **P_10:** Ações de sensibilização e de divulgação da operação de regeneração urbana.

Para cada projeto apresenta-se de seguida uma ficha de caracterização da respetiva intervenção, identificando-se:

- 1_Incidência territorial, mapeamento da intervenção
- 2_Contributo para os objetivos do PIRUS
- 3_Descrição do projeto
- 4_Articulação institucional/parcerias
- 5_Estimativa de custos
- 6_Complementaridade com outros fundos /programas
- 7_Prioridade do investimento e calendarização da intervenção
- 8_Impactos da intervenção/metast.

As estimativas dos investimentos a realizar foram elaboradas a partir da desagregação das despesas envolvidas na concretização das intervenções, tendo em consideração as regras de elegibilidade das despesas, a que se refere o artigo 10.º da RCG n.º 30/2015, de 26 de fevereiro.

Com base nestas regras e a partir das várias categorias de ações (estudos; trabalhos de construção civil, aquisição de terrenos, aquisição de equipamentos, ações de informação, etc.) foram identificadas as prestações de serviços, fornecimentos e empreitadas necessárias a contratar.

No caso das prestações de serviço não diretamente relacionados com obras (estudos, planos e levantamentos) foram estimados os custos envolvidos com base no conhecimento do mercado.

Para as obras considerou-se a decomposição das despesas necessárias para a sua realização, o que normalmente implica, para além dos custos com as empreitadas a contratar, despesas com prestações de serviços para elaboração dos projetos e fiscalização das obras. A componente principal corresponde nestes casos, como é natural, às despesas com a execução das empreitadas, as quais foram estimadas a partir da perceção possível de obter, nesta fase, dessas ações, tendo como referência valores médios de mercado para o custo final de obras da tipologia em causa.

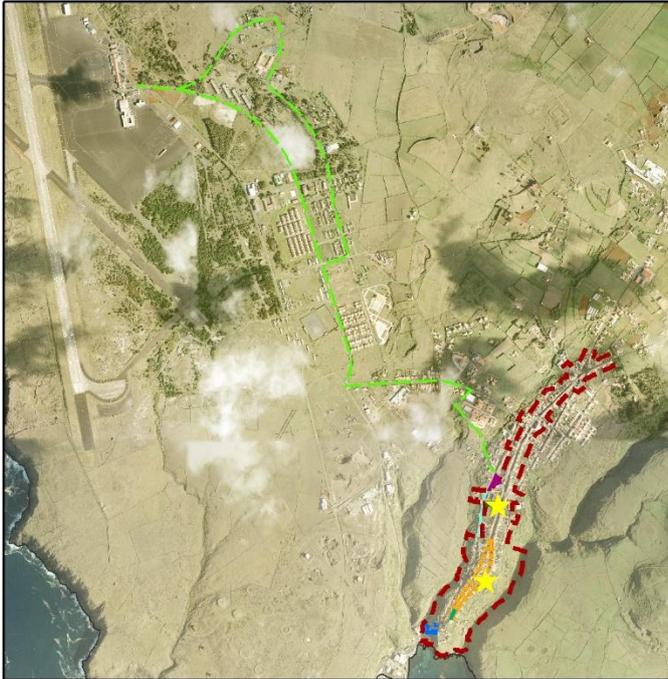
As despesas com a elaboração dos projetos e com a fiscalização das obras foram estimadas por indexação ao valor das empreitadas correspondentes, através da consideração das percentagens de 7% e 3%, respetivamente, valores estes que parecem adequados, em termos médios, às características dos projetos a elaborar e das obras a fiscalizar.

Foi ainda prevista uma verba global para a eventual revisão de preços decorrentes da legislação aplicável e do contrato, no valor de 2%.

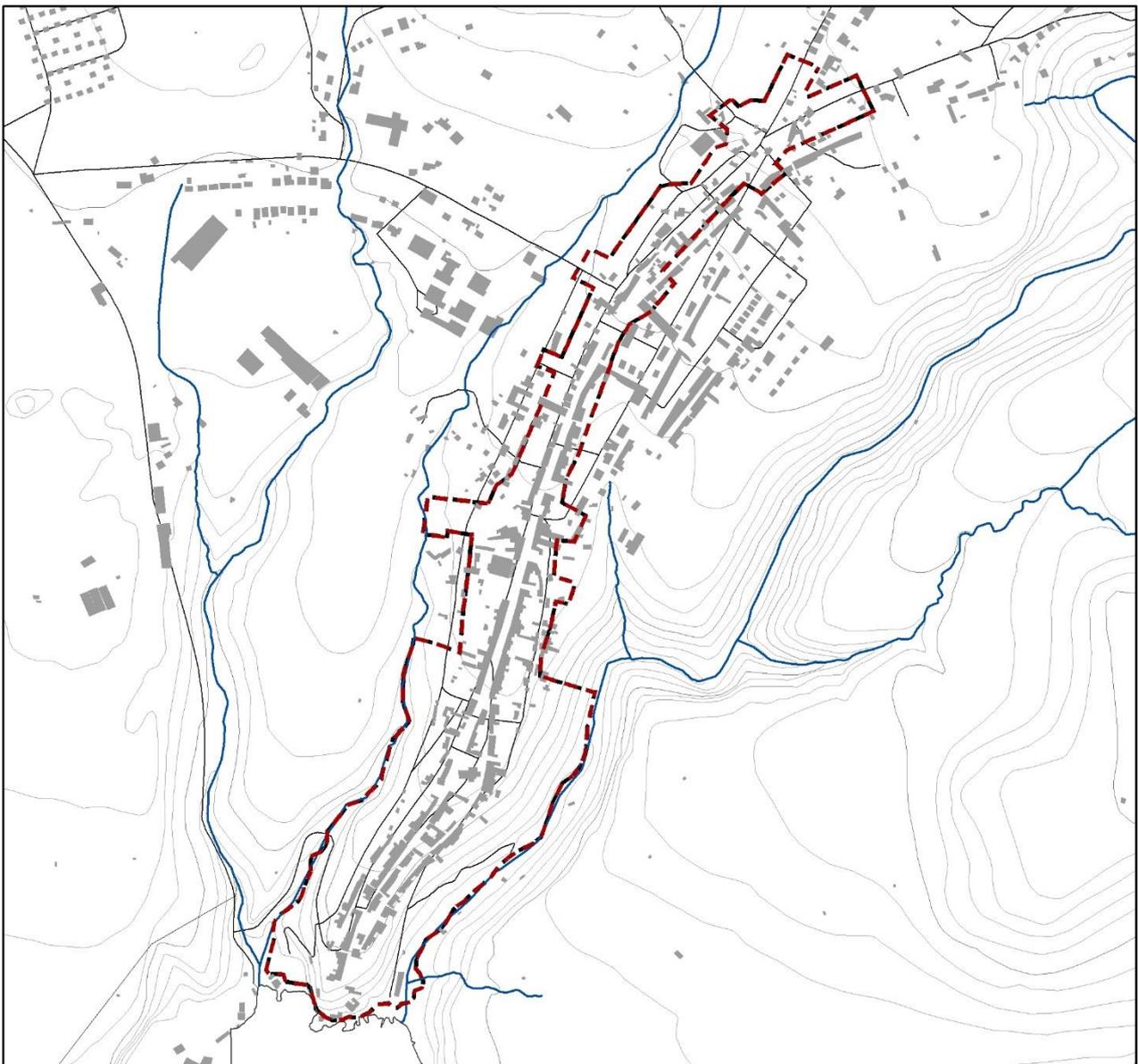
Os valores apresentados **não** integram o Imposto de Valor Acrescentado (IVA).

5.2. Descrição dos projetos

P_01 – Revisão do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização da Zona Antiga de Vila do Porto				
Contributo para os objetivos do PIRUS_Vila do Porto				
	Salvaguardar e valorizar os valores patrimoniais presentes apostando no reconhecimento das duas áreas históricas como épocas fundamentais da construção da identidade de Vila do Porto			
	Apostar na reformulação do espaço público e das condições de mobilidade como fatores essenciais à qualidade de vida e à regeneração funcional e social do tecido urbano			
	Intervir em edifícios e espaços emblemáticos que possam ser indutores do desenvolvimento de atividades económicas e da própria regeneração urbana, bem como da capacidade de reconversão funcional			
	Apostar em espaços simbólicos que associem as memórias à modernidade, revitalizando o sentimento de identidade, pertença, apropriação do espaço urbano, em especial do público, e as competências de cidadania			
	Sensibilizar a população para a importância da conservação do património cultural móvel e imóvel e incentivar à participação na reabilitação das zonas históricas, divulgando o regime de incentivo financeiro e as condições de acesso, bem como apelando à sua participação afetiva e efetiva neste processo.			
Descrição da intervenção				
<p>Prevê a revisão do plano de pormenor de salvaguarda em vigor desde 2006 que contempla uma área de intervenção aproximada de 31,5ha, abrangendo a designada "zona antiga" de Vila do Porto, classificada como Conjunto de Interesse Público, e a respetiva zona de proteção. Este plano teve como objetivos:</p> <ol style="list-style-type: none"> Estabelecer as regras a que deve obedecer a ocupação, uso e transformação do solo da respetiva área de intervenção; Definir a conceção geral da organização urbana; Definir as normas gerais do sistema de execução a utilizar na respetiva área de intervenção; Definir ações específicas de recuperação, requalificação e reabilitação das construções existentes que introduzam uma nova dinâmica na zona de intervenção. <p>A revisão do plano de salvaguarda deverá ser elaborada nos termos da legislação vigente para os instrumentos de gestão territorial, tendo em especial atenção o enquadramento dado pelo DLR n.º 3/2015/A, o qual identifica no artigo 19.º "medidas específicas destinadas à salvaguarda e valorização dos imóveis ou conjuntos classificados e respetivas zonas de proteção, no quadro do desenvolvimento e garantia da qualidade ambiental e de vida, tendo em conta o contexto urbano e ou territorial em que se inserem, subordinando-se ao respeito e à promoção dos valores patrimoniais que justificam a proteção desses bens". O projeto inclui todas as tarefas inerentes à sua execução incluindo a produção dos documentos de comunicação e divulgação da intervenção. Este instrumento de gestão territorial decorre da obrigatoriedade da legislação regional do património mas, também, se inscreve como instrumento de operacionalização da intervenção de reabilitação urbana previsto na legislação.</p>				
Entidade responsável		Entidades parceiras		
Câmara Municipal		DRC		
Estimativa de custos				
Ações	Valores de referência	Custo estimado (€)	Financiamento	
	Valor unitário (€)		P.I. 6.5	Outros
Elaboração do plano	Valor Global	74.000,00	85%	15%
Total parcial		74.000,00	85%	15%
Outros custos complementares⁴				
Ações	Valores de referência	Custo estimado (€)	Financiamento	
	Valor unitário (€)		P.I. 6.5	CM
Produção de cartografia homologada		20.000,00	85%	15%
Total parcial		20.000,00	85%	15%
TOTAL		94.000,00	79.900,00	14.100,00
Complementaridade com outros fundos				
Prioridade de investimento		A iniciar em:		A terminar em:
1		4º Trimestre 2016		4º Trimestre 2017
Impactos da intervenção/metasp				
Área de intervenção (m²)	315.000	Execução do plano (nº)		1



P_01
Elaboração da Revisão do Plano de
Pormenor de Salvaguarda e
Valorização da Zona Histórica de
Vila do Porto



-  Área de intervenção
-  Edificado
-  Rede viária

-  Curvas de nível
-  Linhas de água



P_02 – Reabilitação da Praça do Município (Largo Nossa Senhora da Conceição)

Contributo para os objetivos do PIRUS_Vila do Porto

-  Salvar e valorizar os valores patrimoniais presentes apostando no reconhecimento das duas áreas históricas como épocas fundamentais da construção da identidade de Vila do Porto
-  Apostar na reformulação do espaço público e das condições de mobilidade como fatores essenciais à qualidade de vida e à regeneração funcional e social do tecido urbano
-  Intervir em edifícios e espaços emblemáticos que possam ser indutores do desenvolvimento de atividades económicas e da própria regeneração urbana, bem como da capacidade de reconversão funcional
-  Apostar em espaços simbólicos que associem as memórias à modernidade, revitalizando o sentimento de identidade, pertença, apropriação do espaço urbano, em especial do público, e as competências de cidadania
-  Sensibilizar a população para a importância da conservação do património cultural móvel e imóvel e incentivar à participação na reabilitação das zonas históricas, divulgando o regime de incentivo financeiro e as condições de acesso, bem como apelando à sua participação afetiva e efetiva neste processo.



Descrição da intervenção

Trata-se de uma intervenção estruturante ao nível do espaço público do aglomerado, na principal praça do município, também designada por largo de N. Sr da Conceição, local cuja carga histórica e simbólica são relevantes na história das Marienses. Acresce que o convento e igreja de São Francisco, que confrontam a praça são imóveis classificados de adjacente à praça, é um imóvel classificado

A intervenção prevê ampliação e reabilitação do espaço público, incluindo a substituição das construções de apoio às atividades lúdicas, a introdução de instalações sanitárias públicas, repavimentação, reformulação da iluminação pública e mobiliário urbano. Está contemplada a elaboração dos projetos de execução de espaço público, incluindo das infraestruturas e da definição do mobiliário urbano, fiscalização e respetiva construção da responsabilidade municipal.

Entidade responsável

Câmara Municipal

Entidades parceiras

-

Estimativa de custos

Ações	Valores de referência		Custo estimado (€)	Financiamento	
	indicador	Valor unitário (€)		P.I. 6.5	Outros
Pavimentação e reperfilamento dos arruamentos, mobiliário urbano e sinalética	VG		850.000,00	85%	15%
Reformulação da iluminação pública (*)	VG		150.000,00	-	P.I. 4.3
Total parcial			850.000,00	722.500,00	127.500,00

Outros custos complementares

Ações	Valores de referência	Custo estimado (€)	Financiamento		
			P.I. 6.5	CM	
Projeto	7%	-	85%	15%	
Fiscalização	3%	25.500,00	85%	15%	
Revisão de preços	2%	17.000,00	85%	15%	
Total parcial			85%	15%	
TOTAL			42.500,00	758.625,00	133.875,00

Complementaridade com outros fundos

(*) A ação será financiada no âmbito da Prioridade de Investimento 4.3

Prioridade de investimento

1

A iniciar em:

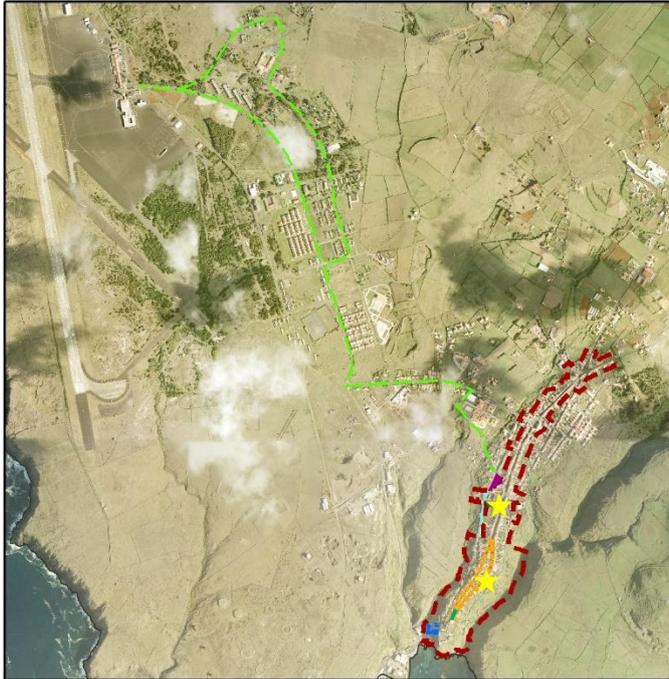
2º Trimestre 2016

A terminar em:

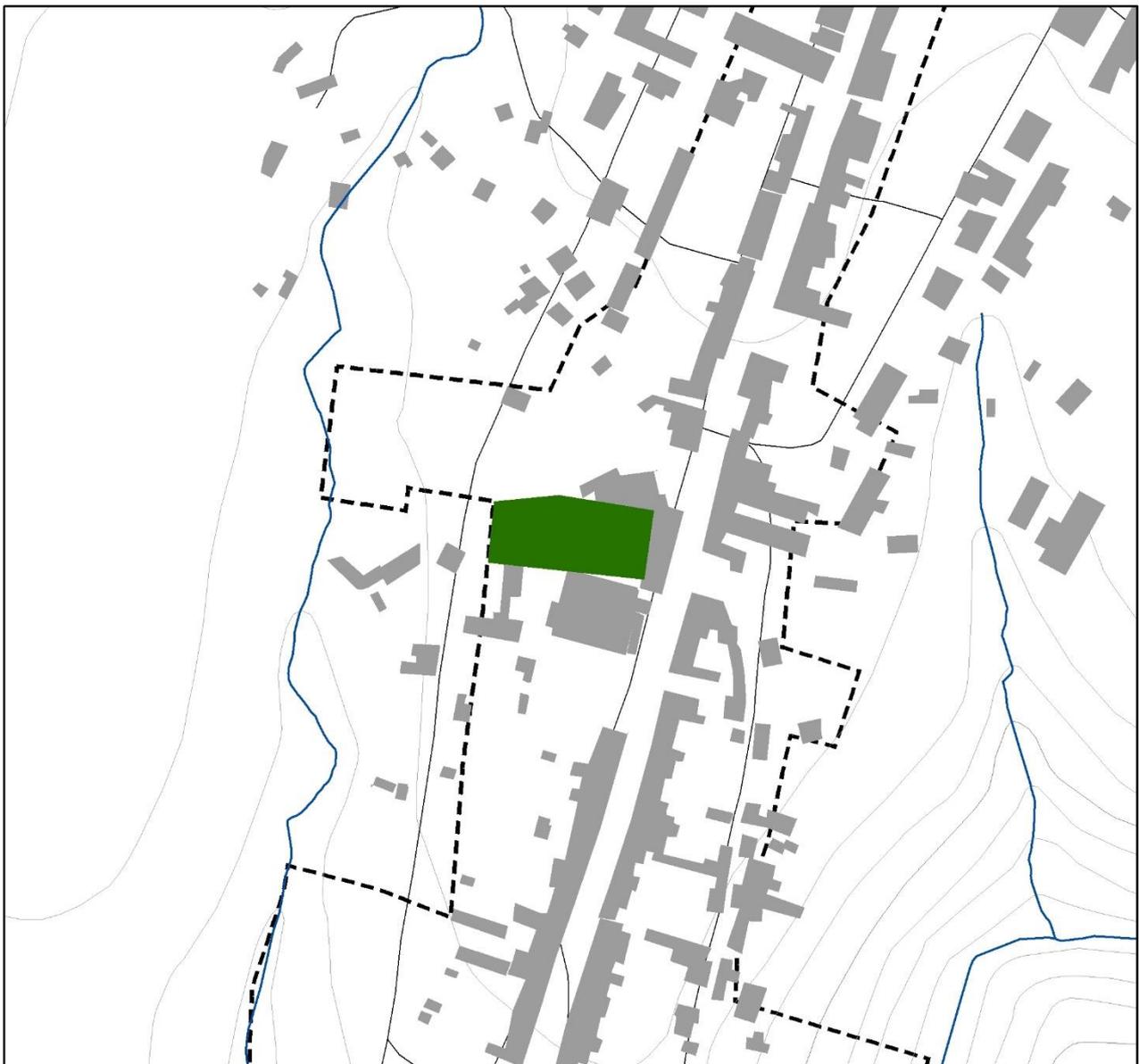
1º Trimestre 2017

Impactos da intervenção/metabolismos

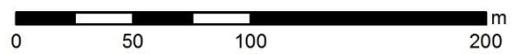
Área de intervenção (m²)	5.000	Espaço público requalificado (m²)	5.000
Praças reabilitadas/criadas (nº)	1		



P_02
Reabilitação da Praça do Município



-  Área de intervenção
-  Edificado
-  Rede viária
-  Curvas de nível
-  Linhas de água



P_03 – Requalificação dos arruamentos do casco antigo da Vila

Contributo para os objetivos do PIRUS_Vila do Porto

- Salvaguardar e valorizar os valores patrimoniais presentes apostando no reconhecimento das duas áreas históricas como épocas fundamentais da construção da identidade de Vila do Porto
- Apostar na reformulação do espaço público e das condições de mobilidade como fatores essenciais à qualidade de vida e à regeneração funcional e social do tecido urbano
- Intervir em edifícios e espaços emblemáticos que possam ser indutores do desenvolvimento de atividades económicas e da própria regeneração urbana, bem como da capacidade de reconversão funcional
- Apostar em espaços simbólicos que associem as memórias à modernidade, revitalizando o sentimento de identidade, pertença, apropriação do espaço urbano, em especial do público, e as competências de cidadania
- Sensibilizar a população para a importância da conservação do património cultural móvel e imóvel e incentivar à participação na reabilitação das zonas históricas, divulgando o regime de incentivo financeiro e as condições de acesso, bem como apelando à sua participação afetiva e efetiva neste processo.



Descrição da intervenção

O projeto consiste na requalificação do espaço público da zona antiga de Vila do Porto, nomeadamente nos seguintes arruamentos: Rua João de Deus Vieira/Rua da Boa Nova/Rua da Misericórdia/Rua Frei Gonçalo Velho/Rua Teófilo Braga, Rua Dr Luís Bettencourt tendo como objetivos, não só, a requalificação do espaço público per si mas, também, a refuncionalização destes arruamentos em termos de mobilidade condicionada e organização do trânsito. A intervenção inclui: a repavimentação, a reorganização dos sentidos de trânsito, do estacionamento e reperfilamento da Rua Frei Gonçalo Velho, reformulação das infraestruturas de iluminação pública e colocação de mobiliário urbano.

Entidade responsável	Entidades parceiras
Câmara Municipal	DRC; EDA, SA

Estimativa de custos

Ações	Valores de referência		Custo estimado (€)	Financiamento	
	indicador	Valor unitário (€)		P.I. 6.5	Outros
Pavimentação e reperfilamento dos arruamentos, mobiliário urbano e sinalética		Valor global	700.000,00	85%	15%
Reformulação da iluminação pública		Valor global	150.000,00	-	P. I. 4.3
Total parcial			700.000,00	595.000,00 €	105.000,00 €

Outros custos complementares

Ações	Valores de referência	Custo estimado (€)	Financiamento	
			P.I. 6.5	Outros
Projeto	7%	49.000,00	85%	15%
Fiscalização	3%	21.000,00	85%	15%
Revisão de preços	2%	14.000,00	85%	15%
Total parcial		84.000,00		
TOTAL		784.000,00	666.400,00	117.600,00

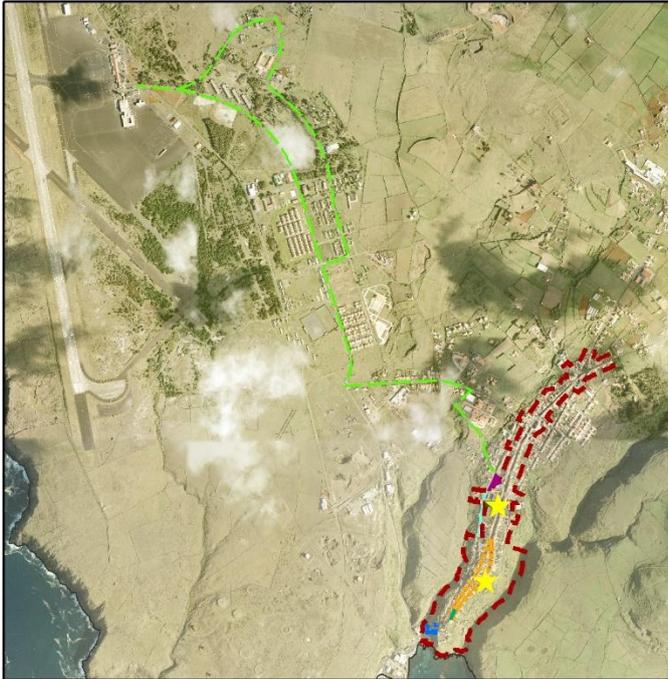
Complementaridade com outros fundos

(*) A ação será financiada no âmbito da Prioridade de Investimento 4.3

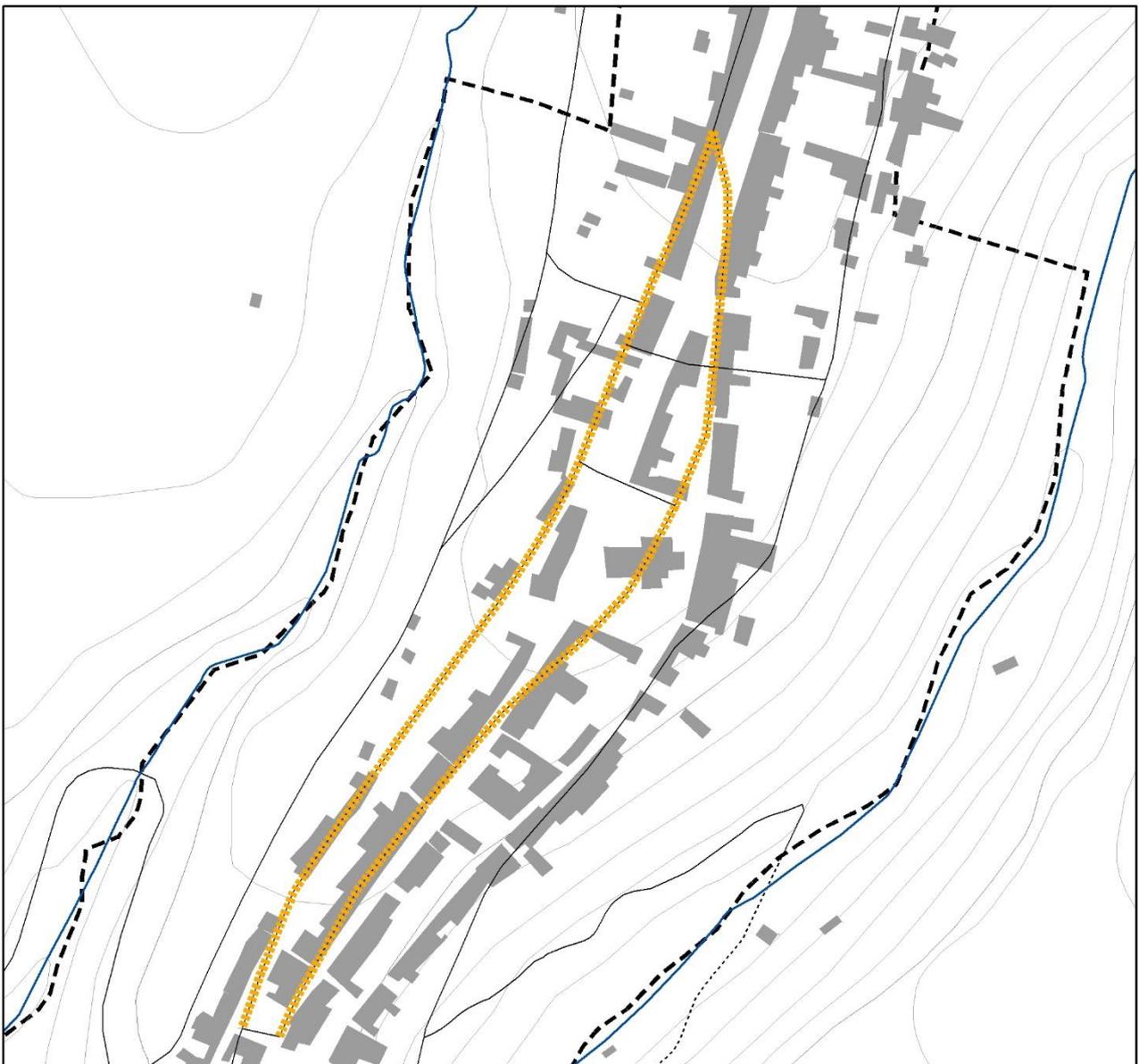
Prioridade do investimento	A iniciar em:	A terminar em:
2	3º Trimestre 2017	3º Trimestre 2018

Impactos da intervenção/metabolismo

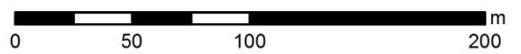
Área de intervenção (m²)	5.375	Espaço de circulação pedonal (mlinear)	1.050
Espaço público requalificado (m²)	5.375	Espaço de circulação condicionada (mlinear)	1.050



P_03
Reabilitação dos arruamentos
do casco antigo da Vila



-  Área de intervenção
-  Edificado
-  Rede viária
-  Curvas de nível
-  Linhas de água



P_04 – Reformulação da Praça Frei Gonçalo Velho

Contributo para os objetivos do PIRUS_Vila do Porto

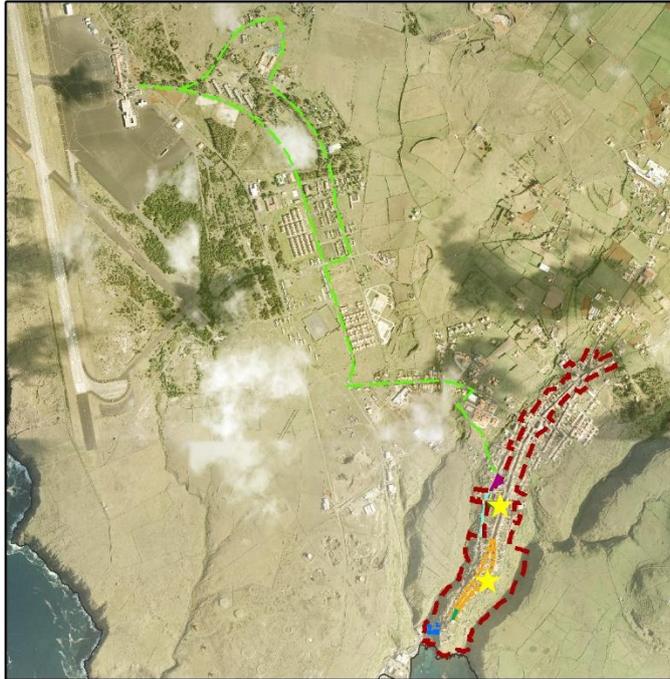
-  Salvar e valorizar os valores patrimoniais presentes apostando no reconhecimento das duas áreas históricas como épocas fundamentais da construção da identidade de Vila do Porto
-  Apostar na reformulação do espaço público e das condições de mobilidade como fatores essenciais à qualidade de vida e à regeneração funcional e social do tecido urbano
-  Intervir em edifícios e espaços emblemáticos que possam ser indutores do desenvolvimento de atividades económicas e da própria regeneração urbana, bem como da capacidade de reconversão funcional
-  Apostar em espaços simbólicos que associem as memórias à modernidade, revitalizando o sentimento de identidade, pertença, apropriação do espaço urbano, em especial do público, e as competências de cidadania
-  Sensibilizar a população para a importância da conservação do património cultural móvel e imóvel e incentivar à participação na reabilitação das zonas históricas, divulgando o regime de incentivo financeiro e as condições de acesso, bem como apelando à sua participação afetiva e efetiva neste processo.



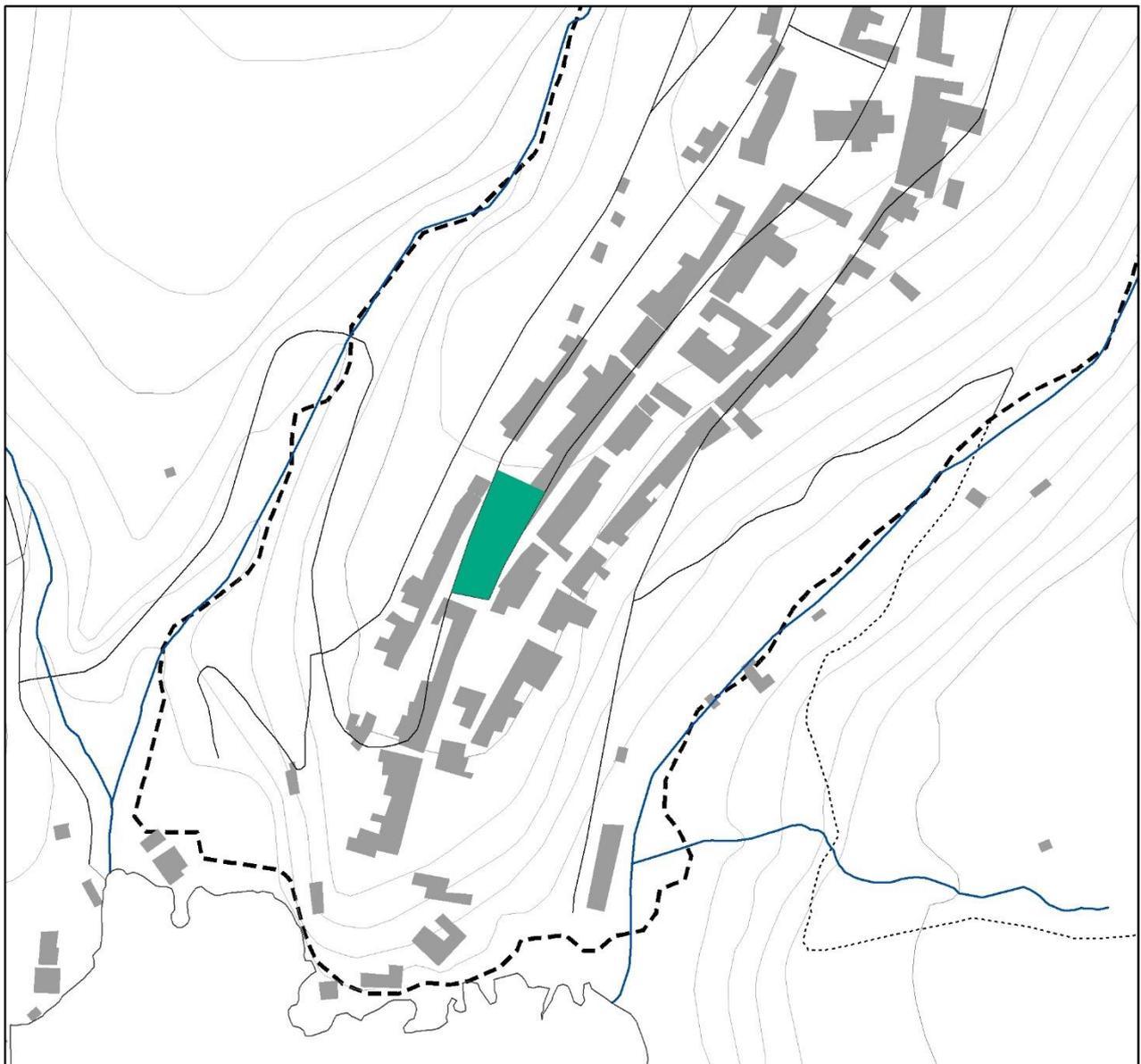
Descrição da intervenção

Pretende-se com este projeto a reorganização das áreas de estacionamento existentes e da zona ajardinada, bem como a colocação de mobiliário urbano e substituição das infraestruturas de iluminação pública. Este projeto está diretamente relacionado com a requalificação dos arruamentos adjacentes.

Entidade responsável		Entidades parceiras			
Câmara Municipal		-			
Estimativa de custos					
Ações	Valores de referência		Custo estimado (€)	Financiamento	
	Indicador	Valor unitário (€)		P.I. 6.5	Outros
Pavimentação e reperfilamento dos arruamentos, mobiliário urbano e sinalética		Valor global	150.000,00	85%	15%
Reformulação da iluminação pública		Valor global	50.000,00	-	P. I. 4.3(+)
Total parcial			150.000,00	127.500,00	22.500,00
Outros custos complementares					
Ações	Valores de referência		Custo estimado (€)	Financiamento	
				P.I. 6.5	CM
Projeto	7%		10.500,00	85%	15%
Fiscalização	3%		4.500,00	85%	15%
Revisão de preços	2%		3.000,00	85%	15%
Total parcial			18.000,00	85%	15%
TOTAL			168.000,00	142.800,00	25.200,00
Complementaridade com outros fundos					
(*) A ação será financiada no âmbito da Prioridade de Investimento 4.3					
Prioridade de investimento		A iniciar em:		A terminar em:	
2		3º Trimestre 2018		4º Trimestre 2020	
Impactos da intervenção/metabol					
Área de intervenção (m²)	1.200	Espaço público requalificado (m²)	1.200		

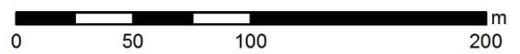


P_04
Reformulação da Praça Frei
Gonçalo Velho



-  Área de intervenção
-  Edificado
-  Rede viária

-  Curvas de nível
-  Linhas de água



P_05 – Reordenamento do parque de estacionamento existente entre a Rua do Mercado e a Rua do Cotovelo

Contributo para os objetivos do PIRUS_Vila do Porto

- Salvar e valorizar os valores patrimoniais presentes apostando no reconhecimento das duas áreas históricas como épocas fundamentais da construção da identidade de Vila do Porto
- Apostar na reformulação do espaço público e das condições de mobilidade como fatores essenciais à qualidade de vida e à regeneração funcional e social do tecido urbano
- Intervir em edifícios e espaços emblemáticos que possam ser indutores do desenvolvimento de atividades económicas e da própria regeneração urbana, bem como da capacidade de reconversão funcional
- Apostar em espaços simbólicos que associem as memórias à modernidade, revitalizando o sentimento de identidade, pertença, apropriação do espaço urbano, em especial do público, e as competências de cidadania
- Sensibilizar a população para a importância da conservação do património cultural móvel e imóvel e incentivar à participação na reabilitação das zonas históricas, divulgando o regime de incentivo financeiro e as condições de acesso, bem como apelando à sua participação afetiva e efetiva neste processo.



Descrição da intervenção

O projeto prevê a reorganização do parque de estacionamento existente, incluindo a melhoria da sua integração paisagística e da sua articulação com a Rua Dr. Luís Bettencourt, bem como a integração da ciclovía no núcleo o antigo. A intervenção inclui as obras de repavimentação, iluminação e mobiliário urbano e, ainda, a introdução de uma zona de parqueamento de bicicletas.

Entidade responsável	Entidades parceiras
Câmara Municipal	-

Ações	Valores de referência		Custo estimado (€)	Financiamento	
	indicador	Valor unitário (€)		P.I. 6.5	CM
Repavimentação, mobiliário urbano e sinalética		Valor global	100.000,00	85%	15%
Total parcial			100.000,00	85.000,00	15.000,00

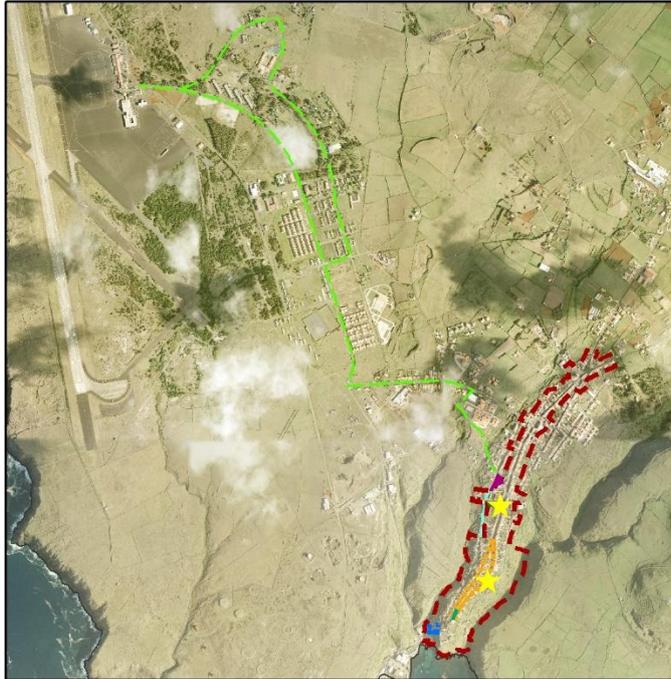
Ações	Valores de referência	Custo estimado (€)	Financiamento	
			P.I. 6.5	CM
Projeto	7%	7.000,00	85%	15%
Fiscalização	3%	-		
Revisão de preços	2%	2.000,00	85%	15%
Total parcial			85%	15%
TOTAL			92.650,00	16.350,00

Complementaridade com outros fundos

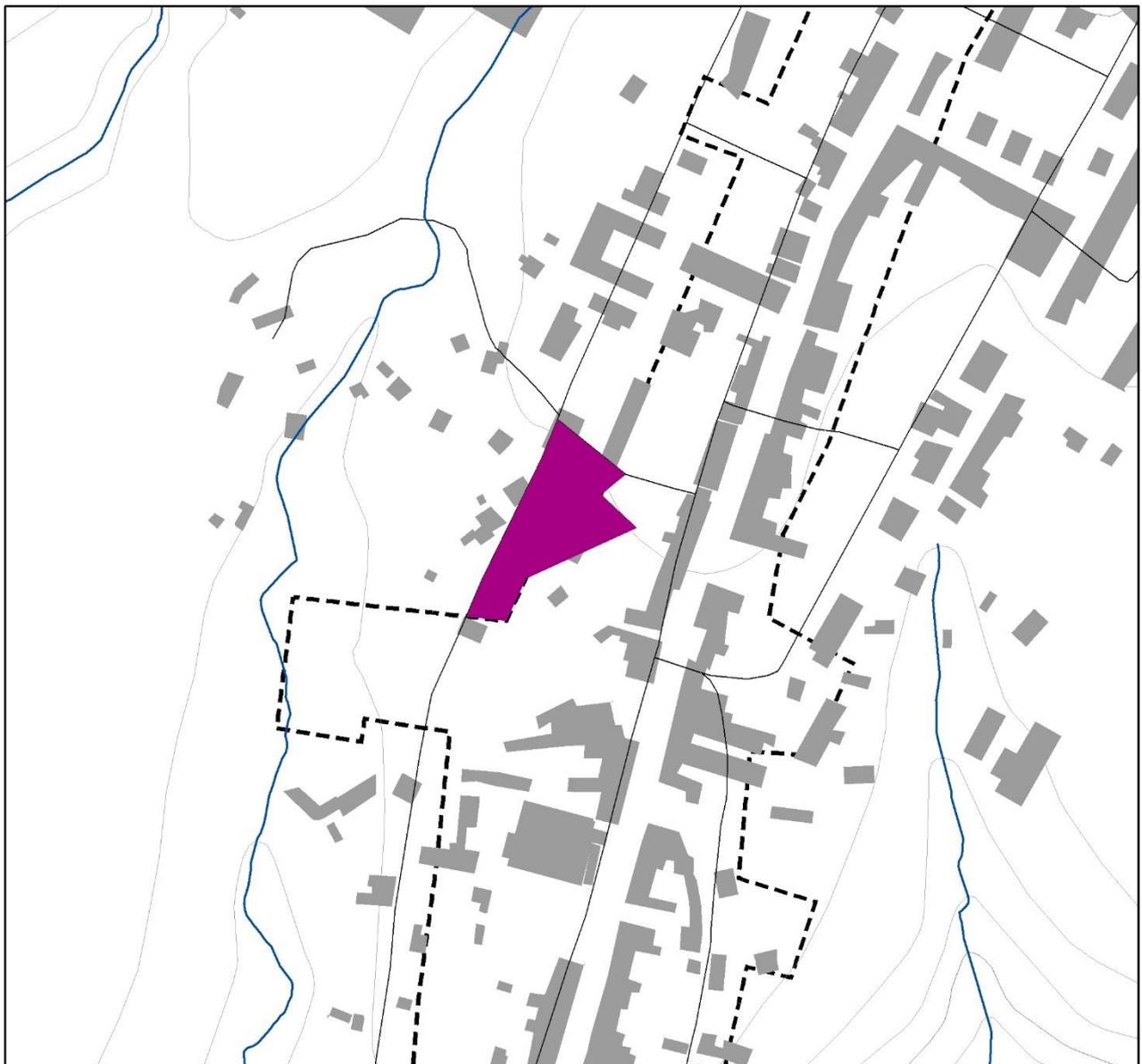
(*) A ação será financiada no âmbito da Prioridade de Investimento 4.3

Prioridade de investimento	A iniciar em:	A terminar em:
2	3º Trimestre 2018	2º Trimestre 2019

Impactos da intervenção/metabolismos	
Área de intervenção (m²)	Espaço público requalificado (m²)

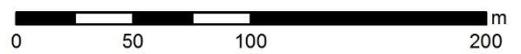


P_05
Reordenamneto do parque de estacionamento existente entre a Rua do Mercado e a Rua do Cotovelo



-  Área de intervenção
-  Edificado
-  Rede viária

-  Curvas de nível
-  Linhas de água



P_06 – Requalificação da Rua do Cotovelo e criação de estacionamento

Contributo para os objetivos do PIRUS_Vila do Porto

-  Salvaguardar e valorizar os valores patrimoniais presentes apostando no reconhecimento das duas áreas históricas como épocas fundamentais da construção da identidade de Vila do Porto
-  Apostar na reformulação do espaço público e das condições de mobilidade como fatores essenciais à qualidade de vida e à regeneração funcional e social do tecido urbano
-  Intervir em edifícios e espaços emblemáticos que possam ser indutores do desenvolvimento de atividades económicas e da própria regeneração urbana, bem como da capacidade de reconversão funcional
-  Apostar em espaços simbólicos que associem as memórias à modernidade, revitalizando o sentimento de identidade, pertença, apropriação do espaço urbano, em especial do público, e as competências de cidadania
-  Sensibilizar a população para a importância da conservação do património cultural móvel e imóvel e incentivar à participação na reabilitação das zonas históricas, divulgando o regime de incentivo financeiro e as condições de acesso, bem como apelando à sua participação afetiva e efetiva neste processo.



Descrição da intervenção

As áreas de estacionamento na zona antiga de Vila do Porto resumem-se praticamente às faixas existentes ao longo dos principais arruamentos – quando o perfil o permite – e a pequenas bolsas entretanto criadas para minimizar a falta de estacionamento no centro histórico. Esta intervenção é completar às intervenções de requalificação da Praça do Município e reordenamento do parque de estacionamento existente entre a Rua do mercado e a Rua do cotovelo. O projeto prevê a requalificação e reperfilamento da Rua do Cotovelo de modo a introduzir uma faixa de estacionamento, incluindo a repavimentação, iluminação pública e mobiliário urbano.

Entidade responsável	Entidades parceiras
Câmara Municipal	-

Estimativa de custos

Ações	Valores de referência		Custo estimado (€)	Financiamento	
	índice	Valor unitário (€)		P.I. 6.5	Outros
Repavimentação, mobiliário urbano e sinalética	Valor Global		120.000,00	85%	15%
Total parcial			120.000,00	102.000,00	18.000,00

Outros custos complementares

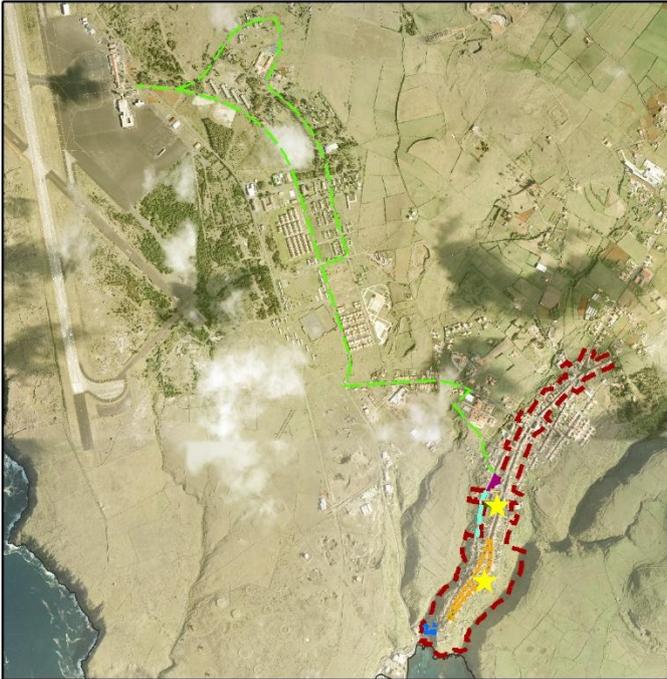
Ações	Valores de referência	Custo estimado (€)	Financiamento	
			P.I. 6.5	CM
Projeto	7%	8.400,00	85%	15%
Fiscalização	3%	-		
Revisão de preços	2%	2.400,00	85%	15%
Total parcial			85%	15%
TOTAL			111.180,00	19.620,00

Complementaridade com outros fundos

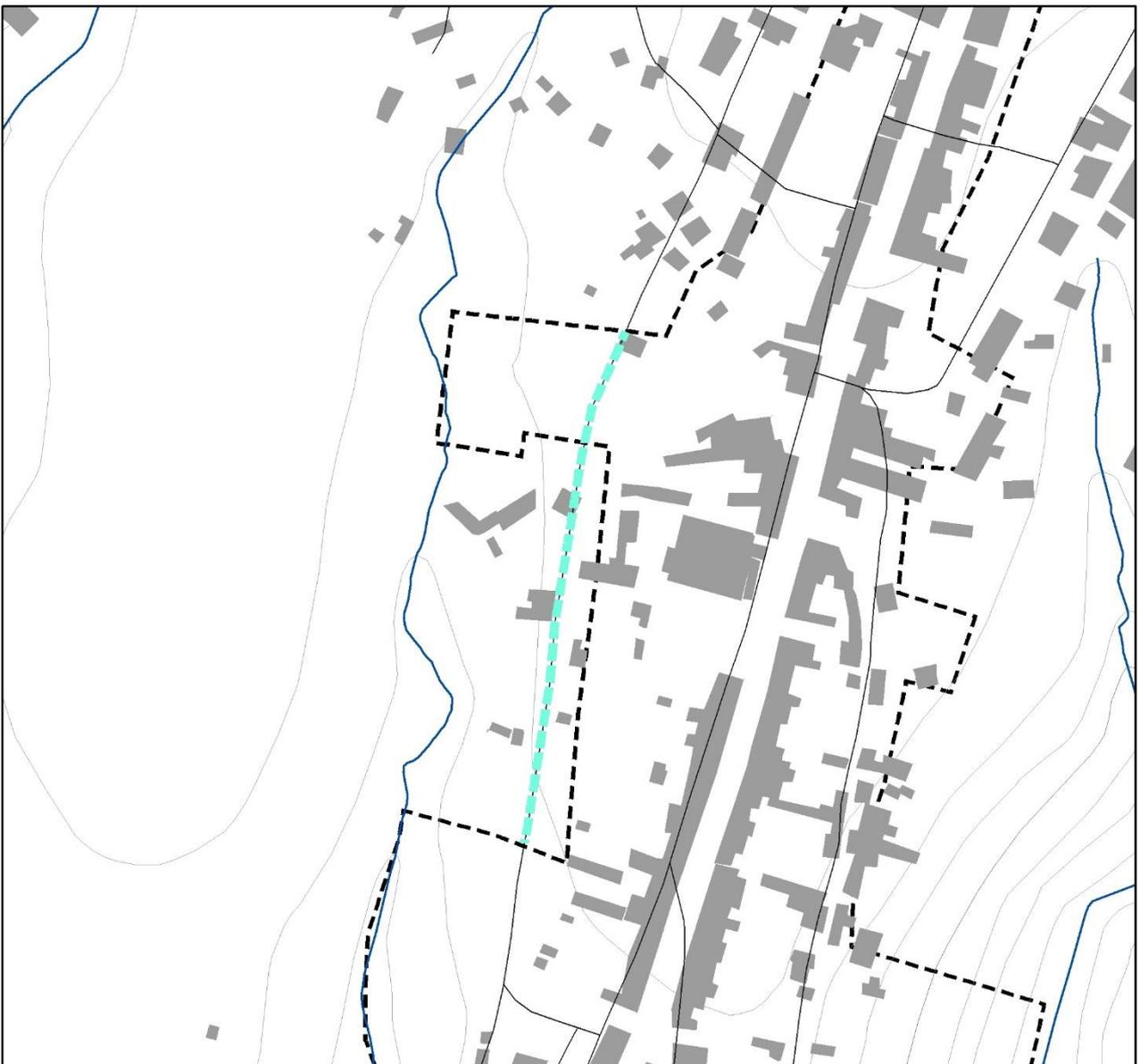
Prioridade de investimento	A iniciar em:	A terminar em:
3	4º Trimestre 2018	3º Trimestre 2019

Impactos da intervenção/metabolismos

Área de intervenção (m²)	Espaço público requalificado (m²)



P_06
Requalificação da Rua do
Cotovelo e criação de
estacionamento



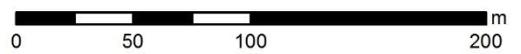
 Área de intervenção

 Edificado

 Rede viária

 Curvas de nível

 Linhas de água



P_07 – Recuperação do percurso pedonal entre o Forte de São Brás e o Porto

Contributo para os objetivos do PIRUS_Vila do Porto

-  Salvaguardar e valorizar os valores patrimoniais presentes apostando no reconhecimento das duas áreas históricas como épocas fundamentais da construção da identidade de Vila do Porto
-  Apostar na reformulação do espaço público e das condições de mobilidade como fatores essenciais à qualidade de vida e à regeneração funcional e social do tecido urbano
-  Intervir em edifícios e espaços emblemáticos que possam ser indutores do desenvolvimento de atividades económicas e da própria regeneração urbana, bem como da capacidade de reconversão funcional
-  Apostar em espaços simbólicos que associem as memórias à modernidade, revitalizando o sentimento de identidade, pertença, apropriação do espaço urbano, em especial do público, e as competências de cidadania
-  Sensibilizar a população para a importância da conservação do património cultural móvel e imóvel e incentivar à participação na reabilitação das zonas históricas, divulgando o regime de incentivo financeiro e as condições de acesso, bem como apelando à sua participação afetiva e efetiva neste processo.



Descrição da intervenção

O caminho pedonal desenvolve-se junto ao litoral numa extensão de cerca de 1km, com início no Forte de São Brás e terminando junto ao porto de Vila do Porto, constituindo um percurso de elevado valor paisagístico com vista panorâmica sobre uma das entradas na ilha. É também um percurso de carácter histórico, recuperando um dos acessos mais antigo de Vila do Porto.

A intervenção consiste na recuperação deste caminho pedonal, incluindo a regularização do percurso, a instalação de iluminação pública e de painéis informativos explicativos dos valores naturais e culturais presentes.

Está incluído o processo de concurso e adjudicação do levantamento e elaboração do projeto de execução e concretização da empreitada.

Entidade responsável

Câmara Municipal

Entidades parceiras

DRAM

Estimativa de custos

Ações	Valores de referência		Custo estimado (€)	Financiamento	
	indicador	Valor unitário (€)		P.I. 6.5	Outros
Pavimentação e painéis informativos			50.000,00	85%	15%
Instalação de iluminação pública			15.000,00	-	P. I. 4.3
Total parcial			50.000,00	42.500,00	7.500,00

Outros custos complementares

Ações	Valores de referência	Custo estimado (€)	Financiamento	
			P.I. 6.5	Outros
Projeto	7%	3.500,00	85%	15%
Fiscalização	3%	-		
Revisão de preços	5%	1.000,00	85%	15%
Total parcial		4.500,00	85%	15%
TOTAL		54.500,00	46.325,00	8.175,00

Complementaridade com outros fundos

Prioridade de investimento

1

A iniciar em:

4º Trimestre 2016

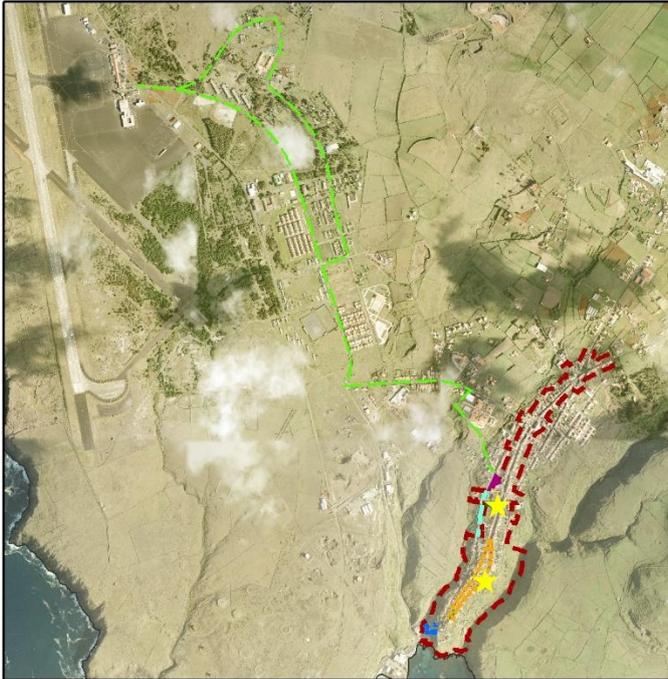
A terminar em:

2º Trimestre 2017

Impactos da intervenção/metast

Extensão do percurso pedonal (mlinear)

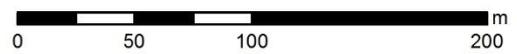
1000



P_07
Recuperação do percurso pedonal
entre o Forte de São Brás e o porto



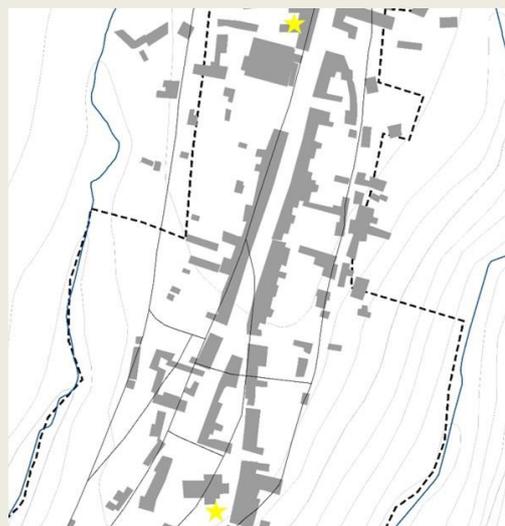
-  Área de intervenção
-  Edificado
-  Curvas de nível
-  Linhas de água
-  Rede viária



P_08 – Promoção e divulgação da identidade e do património Mariense através da experimentação de novas tecnologias de comunicação na animação urbana

Contributo para os objetivos do PIRUS_Vila do Porto

	Salvaguardar e valorizar os valores patrimoniais presentes apostando no reconhecimento das duas áreas históricas como épocas fundamentais da construção da identidade de Vila do Porto
	Apostar na reformulação do espaço público e das condições de mobilidade como fatores essenciais à qualidade de vida e à regeneração funcional e social do tecido urbano
	Intervir em edifícios e espaços emblemáticos que possam ser indutores do desenvolvimento de atividades económicas e da própria regeneração urbana, bem como da capacidade de reconversão funcional
	Apostar em espaços simbólicos que associem as memórias à modernidade, revitalizando o sentimento de identidade, pertença, apropriação do espaço urbano, em especial do público, e as competências de cidadania
	Sensibilizar a população para a importância da conservação do património cultural móvel e imóvel e incentivar à participação na reabilitação das zonas históricas, divulgando o regime de incentivo financeiro e as condições de acesso, bem como apelando à sua participação afetiva e efetiva neste processo.



Descrição da intervenção

O projeto pretende dotar o município de novas formas de comunicação e expressão da identidade dos Marienses, através da utilização de sistemas de comunicação modernos, no sentido de incentivar o uso das TIC por parte da população em geral, fomentando o reforço da interação entre a comunidade e o mundo e a exploração de novas formas de comunicação. Inclui projetos que permitam adotar novas formas de comunicar e divulgar a história do município, nomeadamente:

- Constituição de um espaço de apresentação e divulgação de Santa Maria no aeroporto (“vídeo hall”)
- Instalação de sistema de videoconferência na biblioteca, numa sala existente preparada para esse fim, prevendo-se a instalação dos equipamentos informáticos adequados
- Animação urbana - projeção luminosa em fachadas do centro histórico alusiva à história do município, como forma de apropriação da história coletiva e sua divulgação
- Extensão da rede wifi a toda a ilha, de forma a melhorar as formas de comunicação da população, entre ela e ao mundo em geral.

Algumas destas iniciativas terão igualmente forte impacto no turismo.

Entidade responsável	Entidades parceiras
Câmara Municipal	...

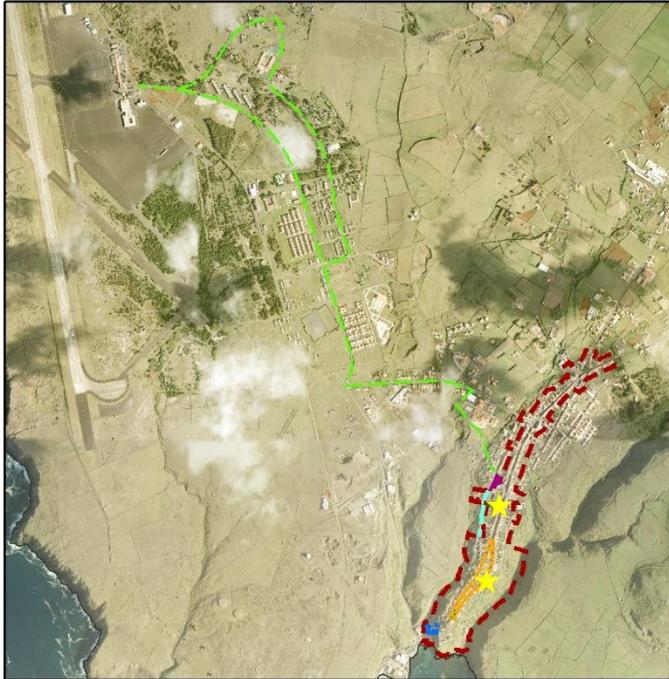
Estimativa de custos					
Ações	Valores de referência		Custo estimado (€)	Financiamento	
	indicador	Valor unitário (€)		P.I. 6.5	Outros
Instalação de TIC	Valor global		70.000,00		PI 2.3
Total parcial			70.000,00		

Outros custos complementares				
Ações	Valores de referência	Custo estimado (€)	Financiamento	
			P.I. 6.5	Outros
Total parcial				
TOTAL				

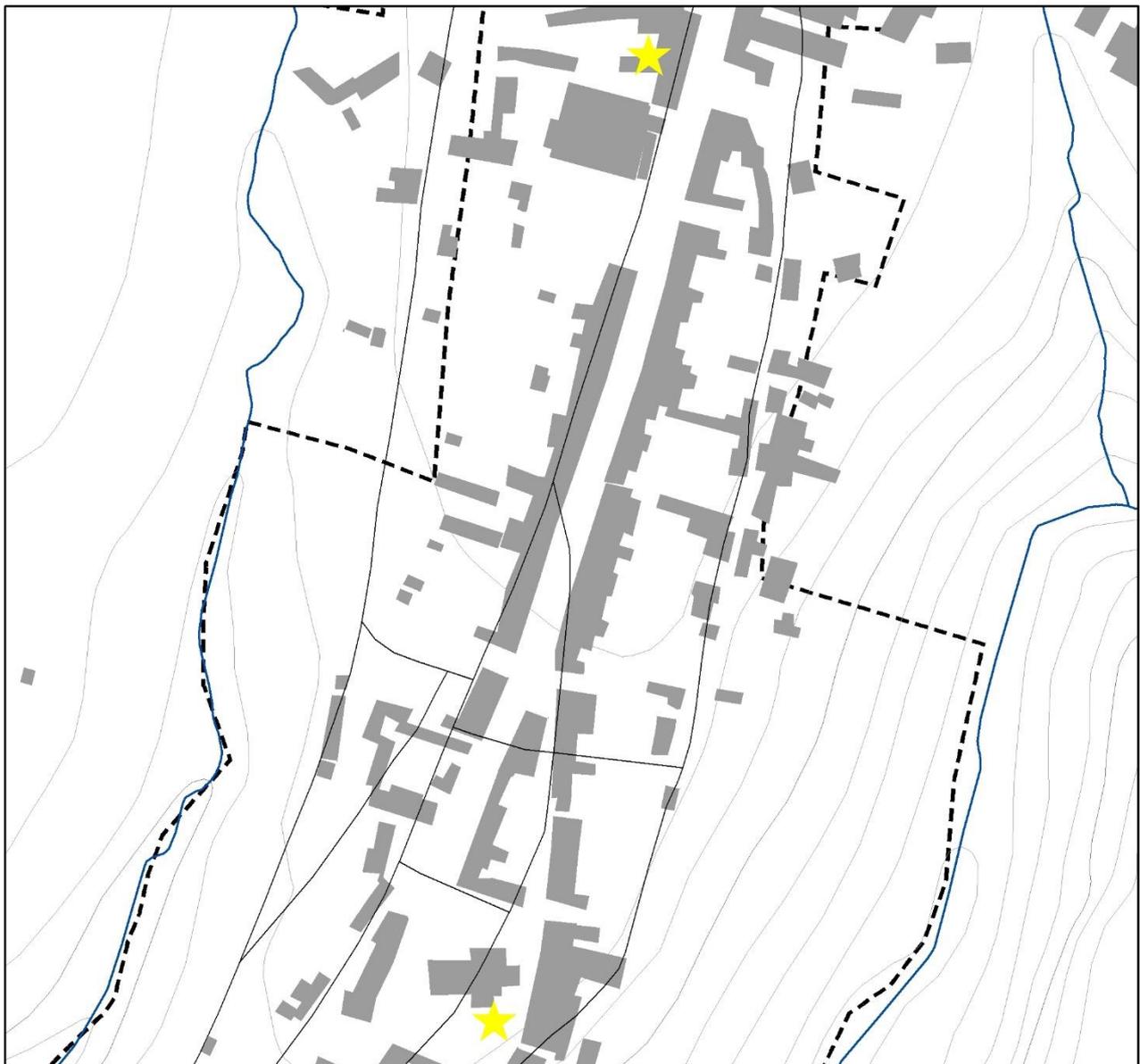
Complementaridade com outros fundos		

Prioridade de investimento	A iniciar em:	A terminar em:
1	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2017

Impactos da intervenção/metabol			
Área de intervenção (m²)		Sistemas de videoconferência instalados (nº)	1
Edifícios reabilitados (nº)	1	Sistemas de projeção instalados (nº)	2

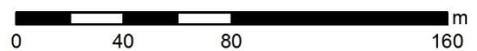


P_08
Promoção e divulgação da entidade e do património Mariense através da experimentação de novas tecnologias de comunicação na animação urbana



 Área de intervenção
 Edificado
 Rede viária

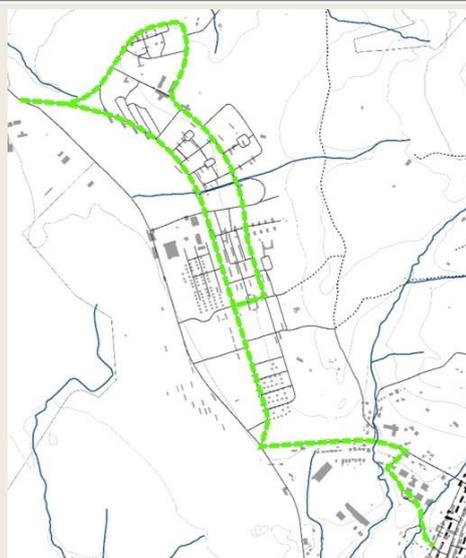
 Curvas de nível
 Linhas de água



P_9 – Construção da ciclovia a interligar as “portas” de entrada de Vila do Porto, incluindo disponibilidade de bicicletas na EBS de Santa Maria

Contributo para os objetivos do PIRUS_Vila do Porto

- Salvar e valorizar os valores patrimoniais presentes apostando no reconhecimento das duas áreas históricas como épocas fundamentais da construção da identidade de Vila do Porto
- Apostar na reformulação do espaço público e das condições de mobilidade como fatores essenciais à qualidade de vida e à regeneração funcional e social do tecido urbano
- Intervir em edifícios e espaços emblemáticos que possam ser indutores do desenvolvimento de atividades económicas e da própria regeneração urbana, bem como da capacidade de reconversão funcional
- Apostar em espaços simbólicos que associem as memórias à modernidade, revitalizando o sentimento de identidade, pertença, apropriação do espaço urbano, em especial do público, e as competências de cidadania
- Sensibilizar a população para a importância da conservação do património cultural móvel e imóvel e incentivar à participação na reabilitação das zonas históricas, divulgando o regime de incentivo financeiro e as condições de acesso, bem como apelando à sua participação afetiva e efetiva neste processo.



Descrição da intervenção

O projeto prevê a criação de uma ciclovia que permita a ligação entre a Escola Básica e Secundária de Santa Maria e as duas zonas históricas de Vila do Porto, com extensão para norte até ao Aeroporto. Deste modo, passará a existir um percurso ciclável de interligação entre as duas zonas históricas do aglomerado urbano as quais constituem simultaneamente as duas portas de entrada na ilha: a zona antiga de Vila do Porto, onde se situa o porto de mar, e a zona histórica da Zona do Aeroporto, onde se situa esta importante infraestrutura aeroportuária.

Pretende-se fomentar a mobilidade sustentável tirando partido de uma malha urbana com características morfológicas adequadas a modos suaves e incentivando a população jovem a aderir a este novos hábitos. Neste contexto prevê-se que a escola adquira um parque de bicicletas que possa ser utilizado pelos alunos.

O percurso ciclável é complementar do projeto P_11 e inclui a reformulação da iluminação pública e sinalética. O perfil transversal desta ciclovia será de 5,6km, utilizando pavimentos com materiais totalmente permeáveis e naturais, tais como *toutvenant*, saibro, bagacina, terra batida, entre outros. Inclui-se ainda no projeto a aquisição de bicicletas para utilização dos alunos da Escola Básica e Secundária de Santa Maria, conforme referido.

Entidade responsável	Entidades parceiras
Câmara Municipal	-

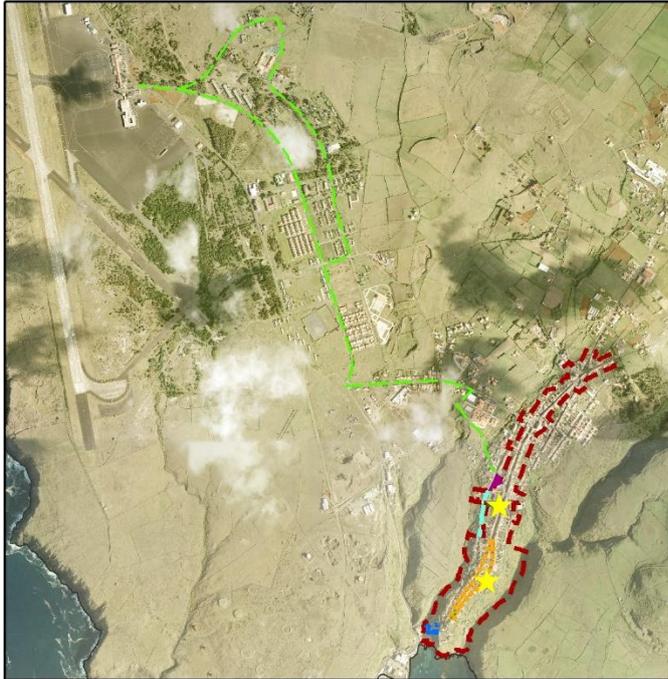
Ações	Valores de referência		Custo estimado (€)	Financiamento	
	indicador	Valor unitário (€)		P.I. 6.5	Outros
Construção da ciclovia, incluindo modelações de terreno, pavimentações, mobiliário urbano e sinalética		VG	150.000,00	-	P. I. 4.5
Reformulação da infraestrutura de iluminação pública		VG	40.000,00	-	P. I. 4.3
Aquisição de bicicletas		VG	10.000,00	-	P. I. 4.5
Total			200.000,00		

Ações	Valores de referência	Custo estimado (€)	Financiamento	
			P.I. 6.5	Outros
Total parcial				
TOTAL				

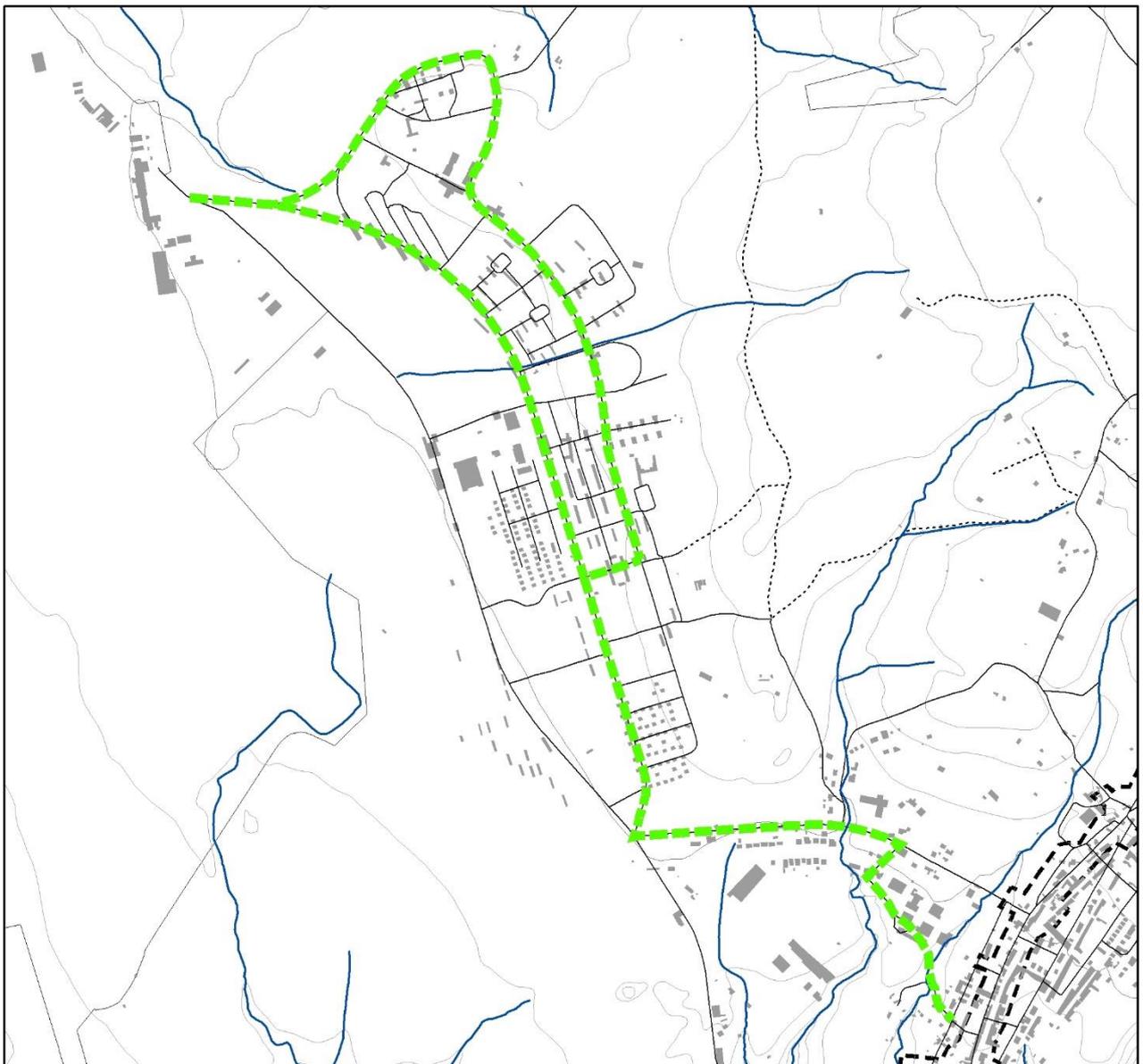
Complementaridade com outros fundos

Prioridade de investimento	A iniciar em:	A terminar em:
1	4º Trimestre 2016	4º Trimestre 2017

Impactos da intervenção/metabolismos		
Espaço de circulação ciclável (mlinear)	5.574	



P_09
Construção da ciclovia a interligar
as "portas" de entrada de Vila
do Porto, incluindo disponibilidade
de bicicletas na EBS de Santa Maria



P_10 – Ações de sensibilização e de divulgação da operação de regeneração urbana					
Contributo para os objetivos do PIRUS_Vila do Porto					
	Salvaguardar e valorizar os valores patrimoniais presentes apostando no reconhecimento das duas áreas históricas como épocas fundamentais da construção da identidade de Vila do Porto				
	Apostar na reformulação do espaço público e das condições de mobilidade como fatores essenciais à qualidade de vida e à regeneração funcional e social do tecido urbano				
	Intervir em edifícios e espaços emblemáticos que possam ser indutores do desenvolvimento de atividades económicas e da própria regeneração urbana, bem como da capacidade de reconversão funcional				
	Apostar em espaços simbólicos que associem as memórias à modernidade, revitalizando o sentimento de identidade, pertença, apropriação do espaço urbano, em especial do público, e as competências de cidadania				
	Sensibilizar a população para a importância da conservação do património cultural móvel e imóvel e incentivar à participação na reabilitação das zonas históricas, divulgando o regime de incentivo financeiro e as condições de acesso, bem como apelando à sua participação afetiva e efetiva neste processo.				
Descrição da intervenção					
<p>O projeto consiste na realização de um conjunto de campanhas/ações de sensibilização da população para as questões relacionadas com a valorização e proteção do património edificado, bem como ações de divulgação e esclarecimento sobre as operações de regeneração urbana, ao longo da sua implementação.</p> <p>As sessões deverão contar com a participação dos diversos interlocutores que integram as ações regeneração das duas zonas históricas de Vila do Porto.</p> <p>Prevê-se a realização de 7 ações ao longo da implementação da operação.</p>					
Entidade responsável			Entidades parceiras		
Câmara Municipal			DRC		
Estimativa de custos					
Ações	Valores de referência		Custo estimado (€)	Financiamento	
	Área (m²)	Valor unitário (€)		P.I. 6.5	Outros
Ações/campanhas de sensibilização	-		10.000,00	85%	15%
Total parcial			10.000,00	8.500,00	1.500,00
Outros custos complementares					
Ações	Valores de referência		Custo estimado (€)	Financiamento	
	Área (m²)	Valor unitário (€)		P.I. 6.5	CM
-					
Total parcial					
TOTAL			10.000,00	8.500,00	1.500,00
Complementaridade com outros fundos					
Prioridade	A iniciar em:		A terminar em:		
1	1º Trimestre 2016		4º Trimestre 2020		
Impactos da intervenção/metasp					
Campanhas realizadas (nº)	7	População abrangida (nº)			

5.3. Investimentos e programação da intervenção

Em termos globais a estimativa dos investimentos a realizar é de, aproximadamente 2,7 milhões de euros, não incluindo nesta verba o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), dos quais cerca de 78% serão financiados na Prioridade de Investimento 6.5 e os restantes poderão ser elegíveis noutras prioridades do POAçores2020, respetivamente à Prioridade de Investimento 4.3 e Prioridade de Investimento 4.5.

Dos 2,3 milhões de euros de ações elegíveis ao PI 6.5, sem IVA, serão da responsabilidade municipal 336.420 euros o que significa uma capacidade de investimento anual de 67.284 euros, admitindo-se que a operação decorrerá em 5 anos, valor que a CM do dispõe com fundos próprios sem ter que recorrer a qualquer outro financiamento.

Por outro lado, na fase de exploração e funcionamento os investimentos propostos não terão acréscimo de encargos para o município, atendendo a que estas intervenções envolvem a regeneração de espaços públicos existentes e terão na sua conceção pressupostos de sustentabilidade de eficiência energética e ambiental pelo que os custos de manutenção serão inferiores aos atualmente praticados.

Na tabela seguinte é apresentada o quadro geral do investimento através do qual pode ser analisada a desagregação da despesa estimada para cada intervenção, em correspondência com a metodologia atrás referida para o apuramento das despesas.

Tabela Quadro síntese do investimento elegível pela Prioridade de Investimento 6.5

PROJETOS	NATUREZA DAS DESPESAS € (sem IVA)					DESPESA TOTAL € (sem IVA)	
	Planos, estudos*	Projetos	Obras	Fiscalização	Revisão de preços	Prioridade de investimento 6.5	CM
P_01: Revisão do Plano de Pormenor de Salvaguardada	94.000,00	-	-	-	-	79.900,00	14.100,00
P_02: Reabilitação da Praça do Município	-	-	850.000,00	25.500,00	17.000,00	758.625,00	133.875,00
P_03: Requalificação dos arruamentos do casco antigo da Vila	-	49.000,00	700.000,00	21.000,00	14.000,00	666.400,00	117.600,00
P_04: Reformulação da Praça Frei Gonçalo Velho	-	10.500,00	150.000,00	4.500,00	3.000,00	142.800,00	25.200,00
P_05: Reordenamento do parque de estacionamento entre a R. Mercado e R. Cotovelo	-	7.000,00	100.000,00	-	2.000,00	92.650,00	16.350,00
P_06: Requalificação da Rua do Cotovelo e criação de estacionamento	-	8.400,00	120.000,00	-	2.400,00	111.180,00	19.620,00
P_07: Recuperação do percurso pedonal entre o Forte de São Brás e o porto	-	3.500,00	50.000,00	-	1.000,00	46.325,00	8.175,00
P_10: Ações de sensibilização e de divulgação da operação de regeneração urbana	10.000,00	-	-	-	-	8.500,00	1.500,00
Totais gerais	104.000,00	78.400,00	1.970.000,00	51.000,00	39.400,00	1.906.380,00	336.420,00

(*) e outras tipologias aceites pela autoridade de gestão, tais como aquisição de terrenos.

Na tabela seguinte apresenta-se um primeiro exercício sobre a simulação da calendarização dos diversos projetos, que serão executados sob a responsabilidade da Câmara Municipal.

Neste exercício consideraram-se um conjunto de pressupostos que importa destacar:

- a) Os procedimentos para as adjudicações e contratação de empreitadas observaram o disposto da legislação regional vigente;
- b) Quanto à contratação de prestação de serviços, quando for necessário, considerou-se a possibilidade de recorrer a procedimentos mais simplificados previstos na legislação vigente, nomeadamente a concursos limitados;
- c) Consideram-se, naturalmente, as precedências de ordem técnica associadas às várias ações a desenvolver, tendo sido admitida a possibilidade da sobreposição, que resulta até desejável do ponto de vista técnico, entre as ações no campo da gestão territorial e a elaboração dos projetos técnicos.

Foi desenvolvido um exercício que compreende a simulação da execução de todas as ações correspondentes a investimento público, ou seja, daquelas que serão executadas sob a orientação e gestão do Município.

Para a concretização deste exercício foram ainda adotados outros critérios relacionados com a priorização da execução das ações, os quais deverão ser objeto de aferição pela entidade executora em fase de implementação, sendo então introduzidos os ajustamentos considerados necessários para adaptar a programação da execução à estratégia de concretização a pôr em prática.

Apresenta-se um resumo da simulação realizada, através da qual se pode concluir da viabilidade de execução da globalidade das ações ao longo de um período de **5 anos**.

Tabela5.3_ Programação da intervenção

PROJETOS	2016				2017				2018				2019				2020			
					T ¹	T ²	T ³	T ⁴	T ¹	T ²	T ³	T ⁴	T ¹	T ²	T ³	T ⁴	T ¹	T ²	T ³	T ⁴
P_01: Plano de Pormenor de Salvaguardada da Zona Histórica de Vila do Porto																				
Elaboração de cartografia																				
Contratação/elaboração/aprovação)																				
P_02: Reabilitação da Praça do Município																				
Projeto (aprovação)																				
Obras(contratação/execução/receção)																				
P_03: Requalificação dos arruamentos do casco antigo de Vila do Porto																				
Projeto (aprovação)																				
Obras (contratação/execução/receção)																				
P_04: Reformulação da Praça Frei Gonçalo Velho																				
Projeto (aprovação)																				
Obras (contratação/execução/receção)																				
P_05: Reordenamento do parque de estacionamento entre a R. Mercado e R. Cotovelo																				
Projeto (aprovação)																				
Obras (contratação/execução/receção)																				
P_06: Requalificação da Rua do Cotovelo e criação de estacionamento																				
Projeto (aprovação)																				
Obras (contratação/execução/receção)																				
P_07: Recuperação do percurso pedonal entre o Forte de São Brás e o porto																				
Projeto (aprovação)																				
Obras (contratação/execução/receção)																				
P_10: Ações de sensibilização e de divulgação da operação de regeneração urbana																				
Ações diversas																				

A este propósito importa ainda referir que estando a Camara Municipal interessada em promover uma dinâmica de regeneração urbana integrada, envolvendo os habitantes e os diferentes atores que vivem

e trabalham em Vila do Porto mas, também, atrair novos investidores económicos e residente a esta área, está a equacionar no âmbito da criação das ARU, anteriormente referidas, a possibilidade de se constituir como entidade gestora desta operação de reabilitação, mobilizando para o efeito os vários fundos financeiros disponíveis agilizando e facilitando, desta forma, a coordenação integrada da operação, o acesso ao financiamento e a qualidade das intervenções.



Matosinhos
R. Tomás Ribeiro, nº412 – 2º
4450-295 Matosinhos Portugal

Tel (+351) 229 399 150
Fax (+351) 229 399 159

Lisboa
Av. 5 de Outubro
nº77 – 6º Esq
1050-012 Lisboa Portugal

Tel (+351) 213 513 200
Fax (+351) 213 513 201

geral@quaternaire.pt
www.quaternaire.pt

–